

revista Conselhos

PUBLICAÇÃO DA FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO

CÉU DE BRIGADEIRO

Diretor-geral
da Decolar.com,
Alípio Camanzano,
diz que o grupo
quer aumentar
a plataforma de
negócios no Brasil

R\$ 18,90

ANO 03 • Nº 19 • Maio/Junho 2013



análises: Alexandre Furlan, Guilherme Augusto Caputo Bastos, Paul Medder, Paulo Godoy
Mário Thadeu Barros, Alceu Segamarchi Júnior e Marcus Vinícius de Freitas

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CLUSTERS CRIATIVOS

27 E 28 DE JUNHO



VAGAS LIMITADAS / INSCRIÇÕES GRATUITAS
CLUSTER@CARDSEVENTOS.COM.BR - 11 3078 7592

27 DE JUNHO - 18H30 (CREDENCIAMENTO) / 19H30 ÀS 22H (EVENTO)
28 DE JUNHO - 8H (CREDENCIAMENTO) / 9H ÀS 18H30 (EVENTO)

O QUE ACONTECE QUANDO A CRIATIVIDADE VAI PARA AS RUAS?

Inovação e desenvolvimento. Criatividade e qualidade de vida. Os clusters criativos desenvolvem, produzem, espalham e compartilham ideias que transformam a realidade. Participe do evento que abordará o tema com a presença de especialistas do mundo todo. Ouça o que eles têm a dizer, conheça suas histórias de mudança e veja como usar a cabeça, definitivamente, funciona.

CONVIDADOS

ANA CARLA FONSECA
CURADORIA

ABRAM SZAJMAN
FECOMERCIO SP

DANILO MIRANDA
SESC-SP

SIMON EVANS
CREATIVE CLUSTERS CONFERENCE
AND NETWORK DO REINO UNIDO

ENRIQUE AVOGADRO
CENTRO METROPOLITANO
DE DESIGN DE BUENOS AIRES

CAROLINE DUBUC
CURADORA DE DESIGN DE
ESCRITÓRIO DE DESIGN DE MONTREAL

MARIA TERESA LLOBET
ROCA UMBERT – FÁBRICA DE LES ARTS
DE GRANOLLERS

NABIL BONDUKI
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
(USP) – VEREADOR (SÃO PAULO)

RASMUS WIINSTEDE TSCHERNING
CENTRO PARA CULTURA E EXPERIÊNCIA
DE COPENHAGUE

ANNE MIEKE EGGENKAMP
ACADEMIA DE DESIGN DE EINDHOVEN

XAVIER GREFFE
UNIVERSIDADE SORBONNE DE PARIS

CARLOS AUGUSTO CALIL
EX-SECRETÁRIO DA CULTURA (SÃO PAULO)
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES (USP)

CO-REALIZAÇÃO:



CURADORIA:



PARCERIAS:



Reino dos Países Baixos



Sumário



08 Entrevista

Alípio Camanzano, diretor-geral da Decolar.com, revela que a empresa quer quadruplicar em quatro anos e busca eficiência operacional



18 Mobilização e debate

Septuagenária, CLT precisa de modernização para garantir competitividade de mão de obra e de empresas brasileiras

26 Artigo

Ives Gandra da Silva Martins analisa o Programa Nacional de Direitos Humanos



28 Realidade

O investimento em 34 portos brasileiros na última década foi proporcional ao valor gasto em cinco estádios para a Copa

40 “Cinco perguntas para”

Evaldo Alves, economista da FGV, analisa impactos do acordo comercial anunciado pelos Estados Unidos e pela União Europeia para o Brasil e o Mercosul



44 Mercado

Pesquisa radiografa setor de vinho brasileiro e aponta oportunidades de crescimento

52 Global

O desafio do novo governo da Venezuela é continuar com o chavismo, sem Chávez



72 Pensata

José Antonio Milagre aborda a segurança da informação em negócios digitais

64 Entrevista

Vice-presidente executivo e financeiro da Totvs, Alexandre Dinkelmann, fala do plano de expansão da empresa e os desafios de inovar no Brasil



78 Mobilização e debate

Especialistas debatem as políticas públicas para evitar catástrofes com enchentes

86 Artigo

Presidente do Conselho de Turismo da FecomercioSP, Marcelo Calado, expõe a capacitação de mão de obra no setor

90 Criatividade

Governo federal segue modelos internacionais e lança programa de fomento para incentivar startups brasileiras e estrangeiras



PRESIDENTE Abram Szajman

DIRETOR EXECUTIVO Antonio Carlos Borges

revista Conselhos

PUBLICAÇÃO DA FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONSELHO EDITORIAL

Ives Gandra Martins, José Goldemberg, Renato Opice Blum, José Pastore, Adolfo Melito, Marcelo Calado, Paulo Roberto Feldmann, Pedro Guasti, Antonio Carlos Borges, Luciana Fischer, Luiz Antonio Flora, Romeu Bueno de Camargo, Fabio Pina e Guilherme Dietze

EDITORA

FISCHER²

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO Neusa Ramos

DIRETOR DE CONTEÚDO André Rocha

EDITORA EXECUTIVA Selma Panazzo

ASSISTENTES DE EDIÇÃO: Enzo Bertolini e André Zara

PROJETO GRÁFICO

TUTU

atendimento@tutu.ee

EDITORES DE ARTE Clara Voegeli e Demian Russo

CHEFE DE ARTE Carolina Lusser

DESIGNER Kareen Sayuri

ASSISTENTES DE ARTE Camila Marques e Laís Brevilheri

PUBLICIDADE Original Brasil

Tel.: (11) 2283-2365

conselhos@originaldobrasil.com.br

COLABORAM NESTA EDIÇÃO

André Zara, Denize Guedes, Enzo Bertolini, Jô Pasquatto, Filipe Lopes, Ives Gandra Martins, Marcelo Calado e Theo Saad

REVISÃO Ruy Azevedo

FOTOS Emiliano Hagge

JORNALISTA RESPONSÁVEL Neusa Ramos MTB 20596/SP

IMPRESSÃO IBEP Gráfica

FALE COM A GENTE conselhos@fecomercio.com.br

REDAÇÃO

Rua Itapeva, 26, 11º andar

Bela Vista – CEP 01332-000 – São Paulo/SP

tel.: (11) 3170-1571

Senac

Sesc

FECOMERCIO/SP

Aqui tem a presença do comércio

O BRASIL QUER MAIS

As duas entrevistas desta edição mostram que o Brasil é mercado atraente para vários setores da economia. O diretor-geral da Decolar.com, Alípio Camanzano, informa que o País é a plataforma mais avançada do grupo, líder na América Latina no seu segmento. A Totvs, considerada a maior empresa do setor com sede em países emergentes no segmento de software, presente em mais de 20 países, também coloca o Brasil como ponta de lança de seus negócios, segundo o vice-presidente Executivo e Financeiro, Alexandre Dinkelmann.

Essa realidade poderia ser potencializada se o País não conservasse aspectos que emperram seu desenvolvimento, sejam de logística, tributação ou legislação arcaica. Um dos empecilhos que persistem é a rígida legislação trabalhista. Ao completar 70 anos, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) não acompanhou os novos desafios tecnológicos e as expectativas de empregados e empregadores. Um problema, no entanto, longe de uma solução, pois os projetos de lei que tramitam no Congresso sobre o tema não contemplam maior autonomia para negociações livres e diretas, único instrumento capaz de modernizar e simplificar as relações de trabalho.

No campo da logística, o Brasil exhibe custos elevados para exportar. Uma das principais razões é o atraso no setor portuário, evidenciado pelo descompasso entre as necessidades empresariais e os interesses dos trabalhadores da área, que sucessivos governos não conseguiram harmonizar. Agora, finalmente, com a

discussão do tema no Congresso e o anúncio de investimentos para modernizar e agilizar a operação dos 34 terminais do País, nossa competitividade ganha um alento.

Com um olhar no futuro, o governo federal marcou mais um ponto relevante ao implantar o programa de fomento Start-Up Brasil, já com inscrições abertas para selecionar cem empresas com potencial de crescimento. Semelhante vigor da administração pública também se requer para a implantação urgente de uma política de prevenção contra as enchentes. Tragédias que se repetem no Rio de Janeiro e em São Paulo levaram a FecomercioSP a promover debate sobre o tema, resumido nas páginas a seguir.

Problemas, porém, não são exclusividade brasileira. Na reportagem sobre a Venezuela, especialistas elencam as dificuldades que o novo governo de Nicolás Maduro enfrentará ao assumir a gestão de um modelo sem a presença do seu criador, Hugo Chávez. O Brasil precisa acompanhar com atenção o delicado momento do país vizinho, que trará desdobramentos para a América Latina em termos de relação comercial.



Abram Szajman

Presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), entidade gestora do Sesc-SP e do Senac-SP

“Não existe produto na nossa prateleira sem dar lucro”

Diretor-geral da Decolar.com no Brasil conta como o grupo chegou ao topo na indústria turística do País e porque a plataforma on-line incomoda tanto as agências físicas de viagens **Por André Zara FOTOS: EMILIANO HAGGE**

Grupo pioneiro e líder de mercado entre as agências on-line de turismo na América Latina, o Decolar.com atua em 20 países da região. No Brasil, com crescimento acelerado, tornou-se um dos principais atores do segmento turístico e atingiu o status de maior emissor individual de bilhetes aéreos. A plataforma brasileira, com mais de 30 milhões de clientes fixos e 1,2 milhão de acessos diários, é a mais importante em faturamento para o grupo argentino.

Em entrevista a **Conselhos**, o diretor-geral para o Brasil da companhia, Alípio Camanzano, explica os maciços e crescentes investimentos em marketing – ele defende

que a companhia é muito mais uma operação de marketing e tecnologia do que de viagem – e revela metas ambiciosas de crescimento: quadruplicar em quatro anos.

Com 1.200 funcionários, o momento atual da Decolar.com é de busca de eficiência, otimização, expansão orgânica e de colher resultados de investimentos em tecnologia.

As vendas da companhia cresceram 70% no ano passado – duplicaram nas reservas de hotéis –, em comparação a uma expansão bem mais modesta da indústria turística brasileira, de 8%. O diretor-geral não se desviou de temas delicados, falando sobre reclamações de clientes e das disputas com agências físicas.



Conselhos – O SENHOR PODERIA DAR UM PANORAMA DA EVOLUÇÃO DA DECOLAR.COM NO MERCADO BRASILEIRO?

Camanzano – O grupo argentino começou a atuar simultaneamente no México, na Argentina e no Brasil. Nessa época, éramos praticamente uma plataforma de venda de passagens aéreas internacionais, poucas pessoas tinham acesso à internet. Até 2003, ficamos meio estagnados por causa da bolha da internet. Na época, só não sucumbiram as empresas com projetos sólidos. A partir de 2008, a operação consolidou-se. Cheguei à empresa com liberdade para promover projetos, ações de marketing e tecnologia locais. Minha missão era transformar a Decolar.com na maior empresa de viagens do País, pois o grupo já liderava o mercado argentino e ocupava a segunda posição no México. Hoje, somos a maior operação do grupo, quatro vezes maior do que a segunda, atualmente ocupada pela Argentina. Estamos na busca de eficiência e otimização, pois o grupo já lidera o mercado e fatura vários bilhões de dólares por ano.

Conselhos – COMO FORAM OS RESULTADOS DA COMPANHIA NO ANO PASSADO NO PAÍS?

Camanzano – As vendas aumentaram 70% no ano passado, sendo 50% em passagens e 100% em reservas de hotéis. Em comparação, o crescimento geral da indústria turística brasileira atingiu 8%. Isso foi possível porque os consumidores estão cada vez mais voltados às compras on-line. O número de funcionários cresceu e alcançou 1.200 colaboradores

no Brasil. Este ano, não devemos elevar o volume de colaboradores no mesmo ritmo porque apostamos em avanços tecnológicos. Uma ferramenta nova permite melhorias que substituem a necessidade de aumento físico da operação.

Conselhos – A DECOLAR.COM INVESTE FORTEMENTE EM MARKETING. ESSAS AÇÕES DÃO RESULTADO?

Camanzano – Nosso negócio é muito mais tecnologia e marketing do que viagem. Em 2010, quando sentimos que estávamos com boa plataforma, lançamos as campanhas de marketing massivo, fazendo cruzamento de mídias. Já éramos o maior anunciante brasileiro no Google, tínhamos quase 100% dos links patrocinados nos buscadores. Começamos a anunciar diariamente nos principais jornais do Brasil e, em seguida, na televisão, primeiro nos canais a cabo e depois na TV aberta. Por último, fizemos ações no rádio: começamos com dez estações e hoje anunciamos em cem em todo o Brasil. Aumentamos o volume de anúncios de acordo com os resultados das vendas, porque não gastamos um centavo em marketing se ele não dá resultado. Muita gente comenta que gastamos muito em marketing e perguntam se dá lucro. Sim, dá lucro. Essa é uma empresa de engenheiros e, para qualquer coisa, fazemos contas. Não existe produto na nossa prateleira sem dar lucro. Se vendemos é porque todo o dinheiro investido em marketing para promovê-lo traz resultados.



“ AS VENDAS AUMENTARAM 70% NO ANO PASSADO, SENDO 50% EM PASSAGENS E 100% EM RESERVAS DE HOTÉIS ”

Conselhos – COMO AVALIA O MERCADO E A CONCORRÊNCIA ENTRE AS AGÊNCIAS ON-LINE NO BRASIL ATUALMENTE?

Camanzano – Quanto mais empresas no nosso segmento melhor, porque teremos mais gente gastando com publicidade e divulgando o setor como um todo. Mas vai levar quem for mais eficiente. Todo mundo, quando entra no negócio de tecnologia, tem uma curva de aprendizado. É preciso conhecer o ramo de tecnologia e de viagens em profundidade e ele não é fácil: é caro, depende de fornecedores o tempo inteiro, a concorrência é grande e a rentabilidade é pequena, pois os comissionamentos encolheram. Por isso,

é um negócio promissor, mas para poucas empresas. A diferença é que criamos a categoria de varejo de viagem, uma denominação que não existia, e conquistamos a liderança pela experiência acumulada. O Brasil tem particularidades em relação à Europa e aos Estados Unidos, como financiamentos e análises de risco de cartão. Isso torna difícil para as empresas estrangeiras replicarem modelos internacionais no Brasil.

Conselhos – AS AGÊNCIAS DE VIAGEM FÍSICAS JÁ ESTÃO ULTRAPASSADAS?

Camanzano – Acho que o negócio de viagem era inacessível para as massas



antes da internet. Antigamente, recomendar um agente de viagem era como indicar um médico. Quando a internet surgiu e os portais passaram a oferecer conteúdo de turismo, houve o surgimento das agências on-line e o consumidor passou a ter mais informação. O agente profissionalizado e atualizado pode ter um público de seguidores fiéis. Se for eficiente, as pessoas vão comprar com ele, mas se ele está esperando passivamente o cliente chegar à sua loja, ele vai desaparecer.

Conselhos – QUAL O PERFIL DO USUÁRIO DA DECOLAR.COM?

Camanzano – A diferença do on-line é que não existe um perfil consumidor. Hoje, atendemos todas as classes sociais. Se temos uma promoção para a primeira classe, a classe A compra porque confia na ferramenta. Nosso negócio é vender para todo mundo, sem focar qualquer nicho. Agregamos produtos indisponíveis. Podemos fazer isso, pois sabemos o que as pessoas procuram e compram no site e o que buscam e não encontraram.

Conselhos – QUAL O COMPORTAMENTO DO TURISTA BRASILEIRO AO ORGANIZAR SUA VIAGEM PELA INTERNET?

Camanzano – Uma característica importante é que 20% dos consumidores querem fazer alguma alteração depois da compra, seja na data, no destino ou cancelar a compra. Por isso, a área de pós-venda é uma das mais importantes. Recebemos milhares de alterações por mês e elas poderiam ser feitas pelo site,

mas muitos ainda ligam para o call center. Muitas vezes os clientes nos culpam pelas taxas e multas cobradas por alterações na compra, mas não temos culpa. Seguimos as regras dos fornecedores. Alguns clientes não percebem que, apesar de comprar com você, estão adquirindo um produto de outra companhia. As multas são elevadas e sou contra, mas são as regras. Por isso, precisamos cada vez mais informar os clientes sobre as regras de compra. Outro trabalho é convencer os clientes a optar pelo uso do sistema para alterar a compra, em vez de entrar em contato pelo call center.

Conselhos – E COMO ESTÁ O DESTINO BRASIL PARA OS BRASILEIROS? PREFERIMOS NOSSO PAÍS OU O EXTERIOR AINDA É SONHO DE CONSUMO ENTRE VIAJANTES?

Camanzano – Depende do perfil. Quando o dólar estabiliza, a classe C enche a Argentina, que é o principal destino para os brasileiros no estrangeiro. Se a moeda varia um pouco, eles passam a viajar dentro do Brasil. Já as classes A e B não são afetadas com as pequenas variações de câmbio e continuam planejando suas viagens. Em termos de faturamento, nosso negócio é 50% doméstico e 50% internacional. Mas, em termos de turistas, ele é 70% doméstico e 30% internacional.

Conselhos – COMO VOCÊS AVALIAM O DESTINO BRASIL EM TERMOS DE PRODUTO?

Camanzano – No País, falta bastante coisa, principalmente na questão de infraestrutura aeroportuária. As companhias não conseguem aumentar suas malhas aéreas porque os aeroportos

estão estrangulados. E existe demanda, até mesmo para a entrada de novas companhias aéreas nacionais e internacionais. Também faltam hotéis que, geralmente, sofrem nas baixas temporadas por falta de demanda e nas altas temporadas perdem por falta de oferta. O Brasil precisa melhorar e também sentimos isso nos nossos negócios. Muitas vezes não temos oferta de serviços. Mas o País está melhorando e a mola propulsora são os grandes eventos esportivos que o Brasil sediará.

Conselhos – O QUE A DECOLAR.COM ESPERA, EM TERMOS NEGÓCIOS, COM A COPA DO MUNDO E A OLIMPÍADA?

Camanzano – Para nós, que vendemos durante os 12 meses, esses eventos esportivos de um mês não têm impacto tão forte. Sabemos que nesses períodos o faturamento vai aumentar, mas a experiência nos mostra que eles não vão triplicar ou quadruplicar o total de vendas no ano.

Conselhos – COMO É A ESCOLHA DOS PRODUTOS QUE VOCÊS VENDEM?

Camanzano – Na parte aérea, trabalhamos com todas as companhias nacionais e internacionais. Elas disponibilizam os mesmos produtos para todos, mas somos os maiores emissores individuais de bilhetes no Brasil porque nos comunicamos com mais velocidade e eficiência com o cliente, estando 24 horas por dia no ar. Na hotelaria, é mais complexo, pois são milhares de fornecedores, desde pousadas até grandes redes. Isso faz com que tenhamos de direcionar a indústria. Se

um fornecedor não está cumprindo as regras, ele é excluído. As pessoas querem vender e somos o supermercado, temos as “gôndolas”. Se a empresa quer colocar o produto em nossas prateleiras, devem seguir os padrões. Atualmente, 50% das nossas vendas vêm de passagens aéreas e 50% de hotelaria.

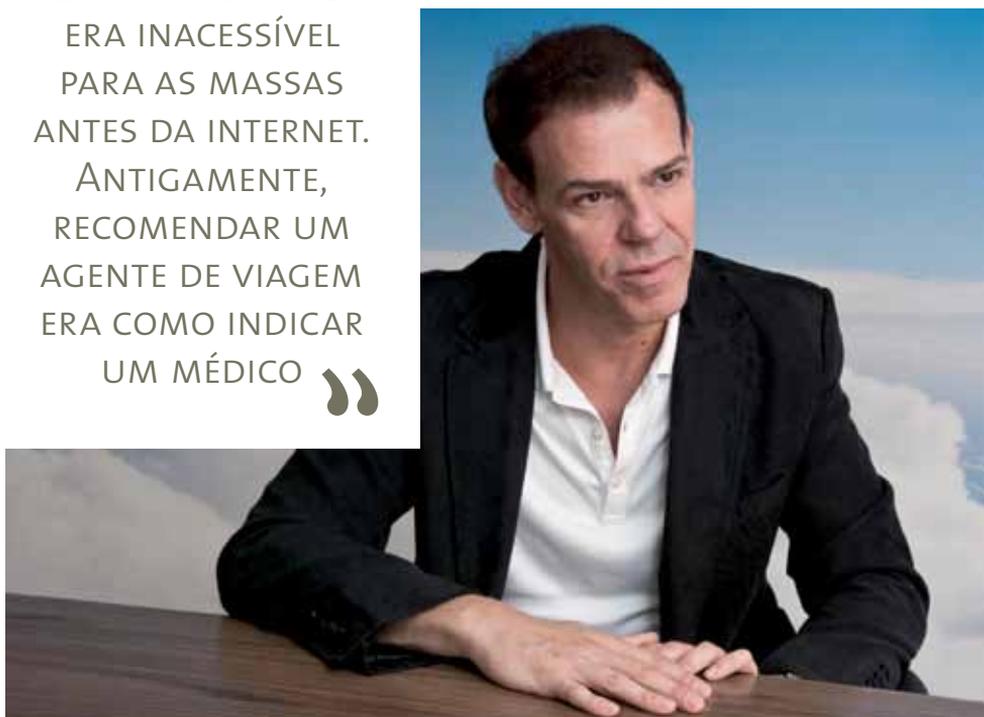
Conselhos – E COMO VOCÊS LIDAM COM RECLAMAÇÕES NAS MÍDIAS SOCIAIS E NOS SITES DE RECLAMAÇÃO?

Camanzano – Não damos bola para sites como o Reclame aqui, pois para mim não é uma ferramenta séria. Ela parou no tempo e não consegue mensurar adequadamente a quantidade de reclamações de consumidores com o volume de comercialização de uma empresa. Fazemos um trabalho com instituições sérias, como Ministério Público e Procon, realizando palestras, mostrando como funcionamos e explicando que a aplicação do Código de Defesa do Consumidor no mercado de viagens é diferente. Eu vendo produtos de terceiros. Por isso, estamos mais focados em auxiliar órgãos municipais, estaduais e federais a mensurar exatamente as reclamações recebidas contra a indústria do que preocupados em quem está metendo a boca por meio de ferramentas sem parâmetros.

Conselhos – COMO ANALISAM A TENDÊNCIA DO USO DE OUTRAS PLATAFORMAS, COMO CELULARES E TABLETS, PARA COMPRA DE PRODUTOS TURÍSTICOS?

Camanzano – Hoje, temos várias compras via *mobile*. É uma área que investimos muito e acertamos parcerias com

“ACHO QUE O NEGÓCIO DE VIAGEM ERA INACESSÍVEL PARA AS MASSAS ANTES DA INTERNET. ANTIGAMENTE, RECOMENDAR UM AGENTE DE VIAGEM ERA COMO INDICAR UM MÉDICO”



empresas de telefonia, mas só poderei divulgar detalhes em breve. Cada vez mais nossos aplicativos são baixados, tanto para iOS como para Android, com informação sobre vários destinos. São uma espécie de guia de viagem de bolso e cada vez ampliamos as opções para turistas. É o grande negócio, pois achamos que o brasileiro vai migrar do PC para o tablet em três ou quatro anos. Temos 500 funcionários só na área tecnologia e eles viajam por todas as feiras e todos os congressos para descobrir novas formas de utilizar as plataformas.

Conselhos – E O QUE O FUTURO RESERVA PARA A DECOLAR.COM?

Camanzano – Hoje, o segmento de viagem on-line no Brasil ainda representa 14% de toda a indústria. Nos Estados Unidos, equivale a 60%. Se o Brasil percorrer a mesma trajetória verificada naquele país, o Decolar.com pode ser quatro vezes maior do que é hoje. O setor cresce por todos os lados e devemos continuar crescendo na próxima década. Lógico que a taxa de crescimento perde força quando já se é grande, mas toda empresa com trabalho sério consegue crescer. ■

Acesso a saúde de qualidade para o Empregador do Comércio viver melhor.

Só a parceria da FECOMERCIO-SP com a Qualicorp proporciona a você, Empregador do Comércio e sua família, acesso aos melhores planos de saúde por até metade do preço.

- A solidez e a experiência de algumas das mais reconhecidas operadoras do Brasil.
- Os hospitais e clínicas mais conceituadas do país.¹
- Os mais modernos laboratórios.¹
- Livre escolha de prestadores médico-hospitalares com reembolso.²



Até metade do preço: em comparação a produtos similares no mercado de planos de saúde individuais (tabela de março/2013 - Omint). ¹ De acordo com a disponibilidade da rede médica da operadora escolhida e do plano contratado. ² Conforme condições contratuais.

Planos de saúde coletivos por adesão, conforme as regras da ANS. Informações resumidas. Os preços e a rede estão sujeitos a alterações, por parte das respectivas operadoras, respeitadas as disposições contratuais e legais (Lei nº 9.656/98). Condições contratuais disponíveis para análise. Maio/2013.

Amil:
ANS nº 326305

Bradesco:
ANS nº 005711

Golden Cross:
ANS nº 403911

Omint:
ANS nº 359661

SulAmérica:
ANS nº 000043

Qualicorp Adm.
de Benefícios:
ANS nº 417173

FECOMERCIOSP
Representa muito para você.

Qualicorp
administradora de benefícios



Ligue e confira:

0800 799 3003

De segunda a sexta, das 9 às 21h, e aos sábados, das 10 às 16h. Ou se preferir, acesse www.qualicorp.com.br.

A CLT completa 70 anos. Parabéns?

FecomercioSP debate propostas da CNI de flexibilização das leis trabalhistas e encomenda estudo para FGV sobre a dimensão econômica das decisões judiciais
Por Denize Guedes



A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) chega aos 70 anos sob o impacto, cada vez maior, de novas tecnologias e intensas transformações nos modos de fazer negócio mundo afora. Se países como Espanha, Itália e Grécia sofrem com alterações que têm de entrar em vigor imediatamente por não terem sido implementadas em tempos de prosperidade, o Brasil perde a oportunidade de aproveitar o relativo bom momento econômico para adotar mudanças que começariam a valer dentro de anos.

A opinião é do presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), José Pastore. Mas levantar a ideia de reforma da CLT é como formular um problema sem solução. “Quando o emprego é abundante e a massa salarial crescente, como agora (no Brasil), não se vê justificativa para alterar. É a filosofia do time que está ganhando. Quando um país mergulha na recessão, todos resistem sob o argumento de que não se pode afrouxar proteções com desemprego ascendente. Ou seja, nunca é tempo para mudar regras rígidas”, afirma Pastore.

Pelo menos dois estudos encabeçados pelos setores de comércio e serviços e pela indústria elencam razões para uma reforma do conjunto de leis trabalhistas, uma vez que a competitividade e a produtividade das empresas são influenciadas por custos crescentes do trabalho. A Confederação Nacional das Indústrias (CNI) elaborou o documento “101 Propostas para a Modernização Trabalhista”, em que aborda questões como a rigidez da legislação, o pouco espaço para negociação coletiva e a burocracia. Já a FecomercioSP encomendou à Fundação Getúlio Vargas (FGV)

um estudo que meça a dimensão econômica de decisões judiciais – súmulas e orientações do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que têm criado novos custos a empregadores e um cenário de insegurança jurídica.

Algumas das sugestões da CNI para a flexibilização trabalhista foram apresentadas em seminário conjunto entre a entidade e a FecomercioSP às vésperas do aniversário da CLT (comemorado em 1º de maio). Uma proposta, por exemplo, pede a extinção da multa adicional de 10% sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) nos casos de demissão sem justa causa. Outra proposta sugere a redução de encargos ou benefícios legais no primeiro contrato de trabalho por prazo limitado ao do período do treinamento. Sobre contratação de recém-formados, a proposta é diminuir encargos por prazo determinado – o que possibilitaria a adoção de pisos salariais diferentes por função.

O presidente do Conselho de Relações do Trabalho da CNI, Alexandre Furlan, perguntou na ocasião: “Quanto a legislação trabalhista influencia na perda ou na obtenção de ganhos de produtividade?” Segundo ele, os entraves vão desde dificuldades para melhor gestão de jornadas e turnos do trabalho até restrições com burocracia na hora de premiar o mérito. “E isso tudo não costuma entrar na agenda de prioridades do País”, disse.

Furlan também foi enfático ao falar sobre quanto a produtividade brasileira perde em comparação a outros mercados (enquanto os gastos trabalhistas só crescem). “Na área que represento, pesquisas mostram que, entre 2001 e 2011, houve aumento de 3,7% da produtividade em grandes empresas, ao passo que o salário médio, em dólares, subiu 101,7%. Ou seja, o custo unitário do trabalho



Guilherme Augusto Caputo Bastos, ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST)

“ S A B E Q U A N T A S
V E Z E S A B R O A C L T
N O M E U D I A A
D I A ? N E N H U M A .
S O U H O J E M A I S
P A U T A D O P E L A
E N X U R R A D A D E
S Ú M U L A S ”

cresceu 94,5% nesse período”, afirmou.

“Um estudo do Boston Consulting Group indicou que no Brasil, no mesmo período, os ganhos de produtividade foram responsáveis por apenas 26% do crescimento do PIB (Produto Interno Bruto). Na Coreia do Sul e na China, essa proporção foi inversa: respectivamente, 72% e 93% foram a fatia da produtividade”, complementou Furlan.

Outras propostas importantes do documento da CNI visam à valorização da negociação coletiva para que trabalhadores, por meio de seus sindicatos, e empregadores regulem

as condições de trabalho e que a Justiça reconheça o instrumento e a regulamentação da prestação de serviços permitindo a terceirização em qualquer atividade de uma empresa, mantendo-se os direitos dos trabalhadores.

“As propostas não implicam perda de direitos. O que se quer é a adequação a novas formas de trabalho e um ambiente favorável à negociação. A desatualização da CLT só fomenta o conflito judicial”, opina a gerente executiva de Relações do Trabalho da CNI, Sylvia Lorena. Segundo ela, tramitam cerca de 3 milhões de demandas trabalhistas por ano.

Insegurança jurídica

O estudo da FecomercioSP sobre a dimensão econômica das decisões judiciais está em andamento e será divulgado ainda neste ano. À sua frente, está o professor da Escola de Economia de São Paulo (EESP) da FGV André Portela. “A pesquisa vai mensurar, em valores, situações de impacto direto ou indireto das súmulas e orientações jurisprudenciais do TST sobre as empresas e, por consequência, sobre a sociedade”, explica.

Portela cita, como exemplo para compreensão de cenários que serão identificados em diferentes setores da economia pelo estudo, a orientação jurisprudencial 342, sobre o intervalo intrajornada. “Ao invalidar convenções e acordos coletivos que reduzem a parada de almoço, essa orientação reforçou o artigo 71 da CLT, que impõe parada mínima de uma hora e máxima de duas horas para o almoço”, comenta.

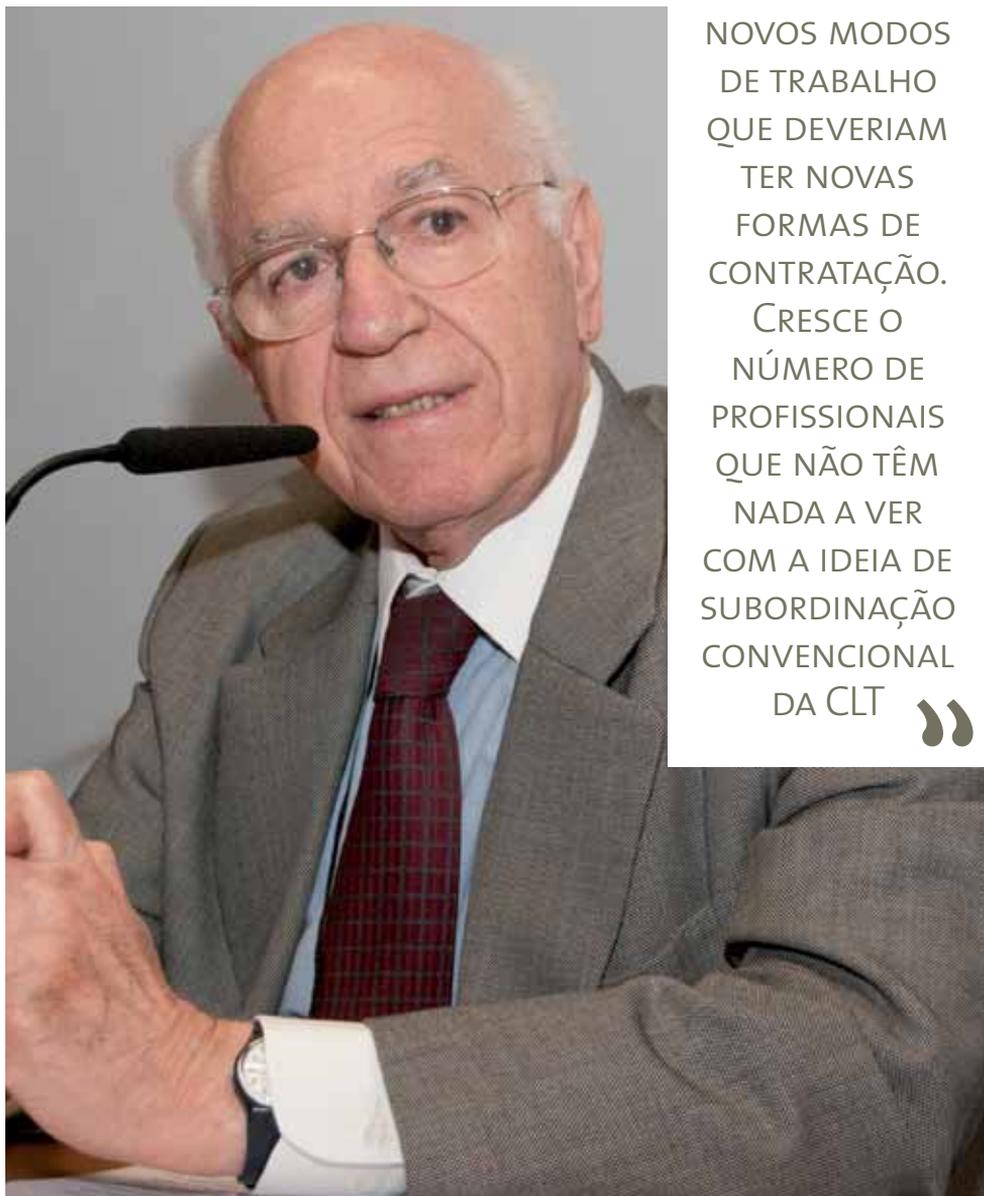
No exemplo, a insegurança jurídica dá-se pela invalidação do acordo pelo TST e os novos custos, pelo resultado da decisão, mesmo quando fosse vantajoso para empregador e

empregado. “Considere uma indústria que tenha de funcionar continuamente durante as duas horas de almoço e, portanto, divida seu quadro em dois turnos de uma hora para funcionar ao menos meia força ao longo do intervalo. Agora, pense que os trabalhadores sejam indiferentes a almoçar em 30 minutos e queiram usar a outra meia hora para sair mais cedo.” Nas palavras do professor da FGV, essa situação hipotética configuraria um “cenário de ganhos múltiplos”. Isso porque a empresa reduziria em uma hora o período de meia força – aumentando sua produtividade – e os empregados sairiam mais cedo – situação preferida por eles.

A nova lei do aviso prévio, sancionada no fim de 2011, foi uma das mudanças na legislação que pegou empregadores de surpresa. A regra, que passou a ser proporcional, estabelece limite de 90 dias de aviso prévio em caso de demissão. Assim, o trabalhador com um ano de emprego mantém os 30 dias habituais, mas soma três novos dias para cada ano adicional de serviço.

“Complicou a vida futura, mas também a passada. De repente, uma empresa com empregados com dez anos de casa viu a criação de um passivo grande que não embutiu no preço dos produtos ao longo desse período”, critica o presidente do Conselho Temático de Relações do Trabalho da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), Silvio Inácio da Silva.

O ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Guilherme Augusto Caputo Bastos é uma das vozes do Judiciário que defende a modernização da CLT. Caputo também é a favor do fortalecimento de negociações coletivas e admite que “é uma loucura” o número de decisões existentes – algo que cresce de



“ O MUNDO ESTÁ
BASEADO EM
NOVOS MODOS
DE TRABALHO
QUE DEVERIAM
TER NOVAS
FORMAS DE
CONTRATAÇÃO.
CRESCER O
NÚMERO DE
PROFISSIONAIS
QUE NÃO TÊM
NADA A VER
COM A IDEIA DE
SUBORDINAÇÃO
CONVENCIONAL
DA CLT ”

José Pastore, presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP)



Alexandre Furlan, presidente do Conselho de Relações do Trabalho da CNI

modo acelerado. “Sabe quantas vezes abro a CLT no meu dia a dia? Nenhuma. Sou hoje mais pautado pela enxurrada de súmulas (são ao menos 450) e orientações produzidas pelo Tribunal do que pela própria CLT”, conta o ministro.

Na Câmara dos Deputados, o parlamentar Guilherme Campos (PSD-SP) também é a favor de atualizar a Consolidação. Campos é relator do projeto de lei do Simples Trabalhista (PL 951, de 2011), texto que traz itens assumidamente polêmicos – como dispensa do aviso prévio e divisão das férias em até três datas. “Não existe mais 30 dias corridos de férias, está fora da realidade atual.” E reconhece: “Falar em mexer na CLT é como jogar pedra na cruz.”

Criação das leis trabalhistas

Mas por que a CLT nunca passou por uma atualização em sete décadas de existência? Para Pastore, da FecomercioSP, por causa da “crença infinita” dos brasileiros nas leis como único meio de garantia dos direitos trabalhistas. E também pela desconfiança de que acordos entre empregadores e empregados possam ser mesmo vantajosos para a parte considerada mais frágil.

A CLT foi criada em um Brasil agroexportador extremamente desigual, onde levas de trabalhadores com pouca ou nenhuma qualificação e carente de direitos deixavam o campo em busca de oportunidade nas cidades. Inspirada nos modelos

“ NA ÁREA QUE REPRESENTO, PESQUISAS MOSTRAM QUE, ENTRE 2001 E 2011, HOUVE UM AUMENTO DE 3,7% DA PRODUTIVIDADE EM GRANDES EMPRESAS, AO PASSO QUE O SALÁRIO MÉDIO, EM DÓLARES, SUBIU 101,7% ”

italiano e francês, o conjunto de leis no Brasil pôs ordem onde não havia.

Assim, década após década, só tramitaram no Congresso Nacional novos projetos de lei e atos administrativos que ampliaram o protecionismo. Até 1943, o Brasil dispunha só de leis esparsas e direitos mal definidos. De lá para cá, direitos adicionais foram criados – como o repouso semanal, o 13º salário e o FGTS – e outros foram inseridos na Constituição de 1988 – a exemplo do abono de férias e da estabilidade temporária de gestantes.

Mas uma modernização real, em sintonia com a dinâmica econômica, nunca veio. “Nossos parlamentares sabem bem o que se passa na cabeça dos eleitores e não se mostraram nem se mostram dispostos a apre-

sentar projetos que contrariem isso”, afirma Pastore, para quem apenas uma alteração “fatiada e gradual” será possível.

“O mundo está baseado em novos modos de trabalho que deveriam ter novas formas de contratação. Cresce o número de profissionais que não têm nada a ver com a ideia de subordinação convencional da CLT, caso de pesquisadores e profissionais de tecnologia da informação. Além disso, hoje um produto é feito parte em um país, parte em outro, ou todo em um país, mas em etapas. É a sociedade da economia componencial, diferente da monopolista do surgimento da CLT”, defende Pastore.

Ele relata que países como os Estados Unidos têm contratos de trabalho maiores que a própria CLT. “A crença deles é a de que os detalhes só fazem sentido quando acordados entre as partes na mesa de negociação”, contextualiza Pastore. “A rigidez e o detalhismo (das leis brasileiras) têm conseguido promover uma explosão de conflitos individuais e enormes despesas. Em 2010, a Justiça do Trabalho gastou R\$ 11,8 bilhões para julgar ações indenizatórias que totalizaram R\$ 11,2 bilhões. É mais de R\$ 1 para julgar R\$ 1.”

À parte isso, o dono do posto de trabalho no mundo atual não parece nem mais ser o trabalhador nem o empregador – mas o consumidor. Quando insatisfeito com preço, a qualidade e a pontualidade, o consumidor para de comprar, a empresa fecha e os postos de trabalho são destruídos, mesmo os tutelados pela Justiça. “Faz necessária firme liderança e uma pedagogia eficiente por parte de governantes, que deveriam pensar nas futuras gerações, não apenas nas próximas eleições”, resume Pastore. ■



O projeto do Programa Nacional de Direitos Humanos

A reação da sociedade brasileira ao Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) 3 foi de tal ordem que, apesar de aprovado no governo Lula, não teve maior repercussão e permanece no escambo das intenções ideológicas que se não aprovadas de surpresa, não ganham dimensão.

Ora, o rejeitado PNDH 3, a título de defesa dos direitos humanos, quis transformar a prostituição em uma profissão honrosa, estimular invasão de propriedades retirando o direito de reintegração de posse judicial de imediato, facilitar o aborto, controlar a imprensa, criar comissões integradas por seus partidários para atuar no Judiciário, Legislativo e Executivo, retirar símbolos religiosos das repartições públicas, a pretexto de que o Estado é laico – leia-se ateu –, quando a maioria da população acredita em Deus. O preconceito contra aqueles que confiam no Criador era de tal ordem que lhes retiravam o direito de opinar ou fazer prevalecer, no voto, suas convicções. E, a título dessa laicidade, pretenderam promover inúmeras alterações na conformação de valores do Estado bra-

sileiro, gerando liberdade sem responsabilidade. O PNDH 3, que foi rejeitado pela sociedade, retorna, agora, à baila com sutis incursões nos anteprojetos em curso de Códigos Penal e Processo Civil e Penal.

Ressuscita, o projeto de Código Penal, todas as aberrações do PL 122 da cara amiga Marta Suplicy, que dá aos gays direitos superiores aos de qualquer brasileiro. Qualquer cidadão pode contar anedotas sobre todo o mundo, inclusive sobre a presidente da República, mas não sobre “gays”, pois poderá ser preso por preconceito.

E quanto ao tema das invasões de propriedades, o artigo 159 do projeto de Código de Processo Civil está redigido como se segue:

“nos casos de litígio coletivo pela posse ou propriedade de imóvel urbano ou rural, antes do exame do requerimento de concessão da medida liminar, o juiz deverá designar audiência de justificação prévia de conciliação entre as partes e seus representantes legais”.

Como se percebe, fica aberto a todos os movimentos contrários à propriedade o direito de invadi-la, nela permanecerem, expulsando o dono, devendo o juiz abster-se

de decretar a reintegração, antes de tentar uma conciliação entre o invasor e o proprietário. É de se perguntar: que tipo de conciliação? Dar dinheiro aos invasores, transformando a invasão num fantástico negócio? Ou abrir mão de seu bem em favor de quem o invade?

Ora, a Constituição federal tornou cláusula pétrea o direito à propriedade, como se lê no artigo 5º, *caput*:

“Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:...”

e só permite que a propriedade seja desapropriada com prévia e justa indenização, conforme determinam os incisos XXII, XXIII e XXIV do artigo 5º, cuja dicção é a seguinte:

“XXII – é garantido o direito de propriedade; XXIII – a propriedade atenderá sua função social;

XXIV – a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;...”

Toda essa tentativa de aparelhamento do Estado pelos antigos guerrilheiros – que, até mesmo, constituíram uma “Comissão da Verdade”, que procura só ver um lado da moeda, esquecendo os atentados terroristas contra shoppings, hospitais etc. – é de preocupar, pois podemos estar a caminho das semiditaduras de Bolívia, Equador e Venezuela, em que o povo manipulado pelos detentores do poder, que sufocam a mídia e a oposição, desconhece a verdadeira liberdade.

Em recente artigo publicado em *O Estado de S. Paulo*, intitulado “A Constituição venezuelana em frangalhos”, mostrei, à luz dos textos constitucionais daquele país, como a lei maior é pisoteada por um governo ilegítimo, não eleito pelo povo, mas que não merece qualquer reação do Brasil. Todavia, no que concerne a Honduras e Paraguai, que cumpriram com rigor seus textos constitucionais vigentes, a reação foi violenta, injusta, exclusivamente porque são governados por pessoas que não comungam da ideologia do Planalto.

Integrante da Academia Paulista de História, estou convencido de que os futuros historiadores relatarão a verdade desse período no Brasil. Verdade essa que, no campo da ciência da história, não pode ser contada por nenhuma Comissão de ideólogos participantes do processo político, que querem, apenas, forjá-la à sua imagem e semelhança.

Falta aos representantes – alguns meus amigos e juristas de renome – elemento essencial, que é a “imparcialidade histórica” e, por não serem historiadores, conduzem sua “comissão” como um “tribunal”.

Felizmente, quaisquer que sejam suas conclusões serão inócuas. Em primeiro lugar, porque não podem mudar a lei da anistia, e, em segundo lugar, porque os “fatos” que apresentarão, somente serão avaliados sob a ótica isenta da perspectiva histórica, no futuro. Aí sim, estarão sujeitos a uma autêntica Comissão da Verdade. ■

Presidente do Conselho
Superior de Direito da FecomercioSP

Águas turvas

Congresso aprova Medida Provisória para modernização dos portos e governo federal anuncia programa de investimentos de R\$ 54,2 bilhões até 2017 **Por Theo Saad**



Os investimentos nos 34 portos brasileiros nos últimos dez anos somaram R\$ 2,987 bilhões. A cifra não chega a 6% do que deveria ser aplicado nos equipamentos mais importantes para o comércio exterior brasileiro até 2017 (R\$ 54,2 bilhões) apenas para cobrir o déficit atual dos portos. O valor não ultrapassa o que foi gasto para se construir os cinco mais caros estádios da Copa do Mundo de 2014 no Brasil – isso se os custos das arenas não subirem ainda mais. A comparação evidencia o nível em que se encontram os portos na escala de prioridades do governo federal.

Devido ao descaso governamental e à crônica falta de investimentos públicos e privados, de um lado por inexistência de recursos e gestão e de outro por ausência de um marco regulatório, garantindo a segurança jurídica dos contratos, neste ano mais uma vez se viu o tamanho do gargalo que os portos brasileiros, pequenos, mal gerenciados, burocráticos e despreparados para a competição global representam para o comércio exterior (que tem 95,9% das exportações e 88,7% das importações concentradas nos portos, segundo pesquisa da Confederação Nacional dos Transportes).

Alguns especialistas, e em especial fontes do governo, culpam a safra recorde de grãos (85 milhões de toneladas, pela primeira vez maior do que a norte-americana) pelas gigantescas filas de caminhões nas estradas que chegam aos principais portos do País, como os de Santos (SP), maior porto do Brasil, e Paranaguá (PR), o maior graneleiro da América Latina. As rodovias paulistas Anchieta e Cônego Domenico Rangoni, que servem o porto de Santos tanto do lado do Guarujá quanto do de Santos, ficaram, durante o fim de março e quase todo o mês de

abril, totalmente travadas por caminhões esperando para desembarcar.

O exemplo a seguir é válido para comprovar não só a ausência de planejamento e de investimentos como também a incapacidade de gestão. A corrente de comércio (exportações mais importações) quadruplicou nos últimos anos, de US\$ 121,5 bilhões em 2003 para US\$ 465 bilhões em 2012 (com pico de US\$ 482 bilhões em 2011), mas ainda assim os principais portos do País não são abastecidos por ferrovias, por exemplo. É o problema estrutural do acesso. A falta de gestão pode ser demonstrada por outro número: somente 30 dos 72 terminais do porto de Santos estão interligados ao Sistema de Gestão de Tráfego de Caminhões (SGTC), segundo o Sindicato dos Operadores Portuários. Sem contar que os portos não são informatizados em 42,5% dos casos (o programa Porto sem Papel alcançou 57,5% deles).

Medida Provisória

O governo tenta agora reverter o jogo anunciando um programa de investimentos nos portos, incluindo acessos portuários, de R\$ 54,2 bilhões até 2017, e com a Medida Provisória nº 595/2012, aprovada em 16 de maio pelo Senado. A MP dos Portos, como foi chamada, tem o objetivo, de acordo com o governo e com especialistas no setor, de destravar os investimentos, sejam públicos ou privados.

“Precisamos ganhar competitividade e eficiência. É premente melhorar a infraestrutura dos portos e da malha de acesso a eles, tanto a ferroviária quanto a rodoviária”, aponta o presidente do Sindicato do Comércio Atacadista de Produtos Químicos e Petro-

“ O CAMINHO
REGULATÓRIO
ADOTADO ATÉ O
MOMENTO NÃO
CONSEGUIU ATRAIR
OS INVESTIMENTOS
NO MONTANTE
NECESSÁRIO
PARA ECONOMIA
BRASILEIRA ”



Foto: Divulgação

Paulo Godoy, presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústria de Base (Abdib)

químicos do Estado de São Paulo (Sincoquim) e integrante do Conselho da Autoridade Portuária (CAP), Rubens Medrano. Nesse sentido, diz ele, a MP aprovada é grande oportunidade de governo, operadores, agentes de comércio exterior, empresas e sociedade civil sentarem e conversarem para estimular o investimento privado como força motriz da

recuperação e desenvolvimento dos portos.

Medrano reconhece no texto da MP aprovado no Congresso pontos positivos e negativos e, principalmente, a sinalização de que algo começa a ser feito para diminuir os gargalos do setor. “A [MP] 595 sozinha não é solução. Mas ajuda se ela levar a investimentos em estrutura de armazenagem, descarrega-

“ PRECISAMOS
GANHAR
COMPETITIVIDADE
E EFICIÊNCIA.
É PREMENTE
MELHORAR A
INFRAESTRUTURA
DOS PORTOS E DA
MALHA DE ACESSO
A ELES, TANTO
A FERROVIÁRIA
QUANTO A
RODOVIÁRIA ”



Foto: Divulgação

Rubens Medrano, presidente do Sindicato do Comércio Atacadista de Produtos Químicos e Petroquímicos do Estado de São Paulo (Sincoquim) e integrante do Conselho da Autoridade Portuária (CAP)

mento e carregamento, navegabilidade, chegada aos portos e gestão”, defende.

Presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústria de Base (Abdib), Paulo Godoy, entende que as mudanças propostas pela MP 595 são “profundas e extremamente necessárias” porque visam promover a expansão da infraestrutura e da capacidade de movimentação portuária e aumentam a concorrência entre terminais e portos, promovendo mais competitividade e produtividade à economia brasileira. “Ficou evidente que o caminho regulatório adotado até o momento não conseguiu atrair os investimentos no montante necessário para economia brasileira”, enfatiza o presidente da Abdib.

Controvérsias e veto

Como todo tema importante da agenda nacional, a MP dos Portos suscitou diálogos acalorados e controvérsias, até o fim do seu processo de aprovação, até mesmo porque muitos interesses estão em jogo. A revitalização do setor requer uma quantia gigantesca de recursos (para começar, os R\$ 54,2 bilhões citados acima), boa parte saída dos cofres públicos, e a própria operação dos portos envolve montantes consideráveis. A defesa de interesses nesse caso é, portanto, um jogo pesado, com muitos movimentos. Para ilustrar, basta citar que foram adicionados ao texto original da medida provisória 1.250 destaques.

O governo avaliou que conquistaria uma vitória contundente antes da tramitação em virtude da urgência do tema, terminou tendo de aceitar mudanças amargas no texto para poder aprová-lo na Comissão Especial Mista. Depois da batalha pela aprovação no limite

do prazo, a presidente Dilma Rousseff pode ter de assumir o ônus de usar seu poder de veto. De acordo com a imprensa, o governo já avalia vetar de quatro a oito pontos da MP.

Um deles é justamente sobre a renovação dos contratos de concessão dos terminais licitados antes de 1993. Originalmente, o governo queria reliciar de imediato os 159 terminais nessa situação. No curso da tramitação da MP, aceitou a renovação por cinco anos. Porém, uma emenda aprovada no texto dobrou esse tempo.

A emenda apresenta pelo senador Waldemir Moka (PMDB/MS), segundo informações publicadas pela imprensa nos dias que se seguiram à aprovação, foi um pleito da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABPT), que queria a extensão do prazo por 25 anos. Em entrevista a **Conselhos**, o presidente da entidade, Willen Mantelli, afirma que ninguém investe em portos por prazos curtos, como o de cinco anos com o qual o governo havia concordado. “É preciso um prazo mais longo, para que o investidor tenha garantias e segurança”, afirma Mantelli, que se diz sabedor do risco de veto à medida.

Terminais privados

Uma vez que o principal objetivo da MP era justamente incentivar os investimentos empresariais, a liberdade de atuação dos terminais privados (hoje existem somente 28 em todo o País) torna-se essencial, segundo defendem os representantes da indústria e do comércio. “Os terminais privados estavam bloqueados pelo Decreto nº 6.620/2008, impedindo a operação de cargas e novos investimentos. Tem de privatizar, porque a movimentação nos portos

crece 10% ao ano, mas os de uso público não crescem, pois estão em grandes cidades”, afirma o gerente-executivo de infraestrutura da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Wagner Cardoso. A saída, segundo ele, é o investimento em áreas particulares fora dos portos. “Os terminais privados têm de poder crescer e movimentar cargas de terceiros. É o que trará viabilidade econômica para esse modelo”, acrescenta.

Outro ponto importante alterado da MP, e que também diz respeito aos terminais privados, é o que está sendo chamado de porto-indústria. A MP retomou o conceito de carga própria e carga de terceiros, fato contestado pelos representantes da indústria. “Para nós, não precisa haver distinção sobre o tipo de porto ou de carga. Porto privado é porto privado, independentemente da carga que movimenta, e sugerimos que todos esses portos privados sigam um trâmite desburocratizado”, afirma Godoy, da Abdib.

A avaliação dos especialistas é de que, a partir da diferenciação, o terminal privado sem ligação ao processo produtivo (sem carga própria) e, por consequência, os novos terminais de contêineres privados, vão sofrer regulamentação específica quanto à sua autorização. O mercado acredita que essa regulamentação será restritiva contra novas autorizações, dando proteção indireta aos terminais já arrendados, revivendo o Decreto nº 6.620/08, citado por Cardoso, da CNI. A Abdib, além de defender que não haja distinção entre cargas, advoga também que os portos-indústria sejam autorizados rapidamente, sem ter de percorrer as fases de chamada pública e processo seletivo. É mais um ponto de atrito da MP e que pode ser motivo de veto presidencial.

Acessos portuários

Mesmo com a MP nº 595 transformando-se em lei e equacionando as questões dos terminais, do embarque e desembarque, do desembarço aduaneiro, da fiscalização, entre outros pontos, ainda sobra um gargalo importante a ser resolvido, que é o do acesso aos portos. Poucos têm linhas aquaviárias ou ferroviárias, restando o modal rodoviário como principal meio de transporte. De acordo com pesquisa da Confederação Nacional dos Transportes (CNT) realizada em 2012, 44,4% dos portos não têm ferrovias, 29,3% dos trilhos são inadequados e somente 12,7% são adequados (13,7% dos entrevistados não souberam responder).

Os principais problemas relativos aos acessos ferroviários, de acordo com a pesquisa, feita com 212 agentes marítimos de 15 Estados, são a falta de infraestrutura para embarque e desembarque, apontada por 33,7% das pessoas que responderam, precário estado de conservação, citado por 20,2% dos entrevistados, e a travessia por área urbana, lembrado por 13,5% dos pesquisados.

As ligações rodoviárias, presentes em todos os portos brasileiros, foram criticadas por 61,3% dos agentes que responderam a pesquisa e declararam serem inadequados. Os principais problemas apontados foram: travessia por área urbana (34,1% das respostas), engarrafamentos de veículos de carga (31,9%) e precário estado de conservação (23,2%).

“A questão dos acessos também é central. Um porto organizado e eficiente é bom, mas será melhor se suas ligações também forem de qualidade. Portanto, é preciso melhorar as malhas rodoviária e ferroviária ligadas aos portos”, avalia Medrano.

“ QUESTÕES
LEGAIS NÃO
RESOLVIDAS
CAUSAM
INSEGURANÇA
JURÍDICA
PARA O
INVESTIMENTO
EM FERROVIAS ”



Foto: Divulgação

Presidente-executivo da Associação Nacional dos Transportes Ferroviários (ANTF), Rodrigo Vilaça

Para a Associação Nacional dos Transportes Ferroviários (ANTF), defensora dos interesses dos concessionários de ferrovias, a questão é fundamental para proporcionar maior competitividade aos portos brasileiros e, conseqüentemente, aos exportadores. “O problema está presente na maior parte dos portos. E questões legais não resolvidas causam insegurança jurídica para o investimento em ferrovias”, avalia o presidente-executivo da instituição, Rodrigo Vilaça. Dados do U.S. Agriculture – Brazil Soubean Transportation Guide, de 2012, feito pelo governo norte-americano, mostram o tamanho do problema do acesso aos portos. A tonelada de soja brasileira na fazenda sai por US\$ 416, ante até US\$ 449 nos Estados Unidos. Mas o

custo total da soja brasileira no exterior vai a US\$ 581 por tonelada, ante US\$ 528 da norte-americana por conta da logística. O frete terrestre nos EUA sai por meros US\$ 35 a tonelada, ante até US\$ 127 no Brasil. “É um problema importante a ser resolvido. Esperamos com o Plano de Investimento Logístico (PIL) resolver isso”, afirma Cardoso, da CNI.

Administração problemática

Nos portos brasileiros, atuam 16 instituições públicas, entre órgãos dos Ministérios dos Transportes (Antaq, Dnit e ANTT), do Meio Ambiente (Ibama), da Saúde (Anvisa), Fazenda (Receita Federal), por exemplo. Além disso, 18 portos são administrados por sete

“ TEM DE PRIVATIZAR,
PORQUE A
MOVIMENTAÇÃO NOS
PORTOS CRESCE 10%
AO ANO, MAS OS DE
USO PÚBLICO NÃO
CRESCEM, PORQUE
ESTÃO EM GRANDES
CIDADES ”

FOTO: DIVULGAÇÃO



Wagner Cardoso, gerente-executivo de infraestrutura da CNI

Companhias Docas diferentes. “São muitas autarquias hoje, poderiam juntar alguns órgãos para diminuir um pouco a burocracia”, defende Vilaça, da ANTF.

Tudo isso leva a uma gestão amarrada, complicada e, como se não bastasse, politizada. “Um dos principais problemas dos portos é a gestão, ela precisa ser modernizada. A administração é política na maioria dos casos, por isso, é importante privatizar”, aconselha Medrano. Cardoso, da CNI, concorda. “A administração também é um problema. E o único jeito de despolitizar a administração é privatizando”, garante. Ele, no entanto, defende que essa etapa seja feita posteriormente, depois da entrada em vigor da lei resultante da MP e da reorganização do setor.

A administração ineficiente provoca, segundo os especialistas, os piores problemas: atraso nos embarques e desembarques e o aumento dos custos. Os portos brasileiros são dos mais caros do mundo. O custo médio de movimentação dos contêineres nos portos de Antuérpia (Bélgica), Roterdã (Holanda) e Hamburgo (Alemanha) é de US\$ 110 ante US\$ 200 no Brasil (81,8% mais caro). A realidade brasileira fica ainda pior quando a comparação é feita com os portos asiáticos, hoje os maiores e mais eficientes do mundo: US\$ 75 por contêiner (o brasileiro é, portanto, 166,7% mais caro).

A eficiência, segundo os analistas consultados, virá de investimentos em terminais portuários, principalmente privados, de investimentos em acessos, de dragagem dos portos para aumentar o calado e possibilitar a atracação de navios maiores, de informatização e automação dos portos e da privatização da administração. “A informatização e automação trará muitos ganhos

NÚMEROS PORTUÁRIOS

8,5 MIL KM
DE LITORAL NAVEGÁVEIS NO BRASIL

34
SÃO OS PORTOS PÚBLICOS,
ENTRE MARÍTIMOS E FLUVIAIS

18
DELES SÃO ADMINISTRADOS
PELAS SETE COMPANHIAS DOCAS, QUE SÃO
SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA COM O
GOVERNO COMO SÓCIO MAJORITÁRIO

16 PORTOS
SÃO DELEGADOS, CONCEDIDOS OU TÊM
OPERAÇÃO DE TERCEIROS AUTORIZADA

28 TERMINAIS
DE USO PRIVATIVO

700 MILHÕES
DE TONELADAS, EM MÉDIA,
SÃO TRANSPORTADAS
ANUALMENTE VIA PORTOS

95,9% DO TOTAL
DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS SÃO
REALIZADAS PELOS PORTOS

88,7%
DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
ENTRAM POR MEIO DOS PORTOS

Fonte: Secretaria Especial de Portos (SEC), Ministério dos Transportes e Confederação Nacional dos Transportes (CNT)

e já deveria ter começado a ser feita de forma mais sistemática”, diz o diretor da Geo Brasilis, José Roberto dos Santos. Em meio a essas exigências para a competitividade diante do comércio global, os Conselhos de Administração Portuária (CAPs) serão de fundamental importância. “Os CAPs reúnem representantes de todos os que atuam nos portos, entre entes públicos e privados, e, mais importante, atua localmente, tendo conhecimento das especificidades de cada

porto”, diz Medrano. “Por isso, será um retrocesso se a MP 595 retirar dos conselhos o poder decisório e deixá-los apenas como órgãos consultivos”, emenda.

No centro dessa questão, assim como em todos os demais problemas por quais passam os portos, está a gestão participativa e colaborativa. Afinal, se todos os agentes se utilizam dos portos sem ter a bússola apontada para o mesmo norte, o Brasil continuará a reboque dos competidores internacionais. ■

Senac. Aprendizado que você leva para a vida.

Para nós, tão importante quanto formar alunos é preparar pessoas para a vida.

Por isso, mais que ensinar a fazer, ensinamos a pensar. Focados na prática, temos metodologias inovadoras que buscam a construção do conhecimento e o desenvolvimento da capacidade crítica, da criatividade e da iniciativa.

Venha pensar diferente e fazer diferente no Senac.

SENAC. MULTIPLIQUE SUAS CHANCES.



Marina Cabral
*Aluna do Curso Técnico
em Administração*

publicisbrasil
Conheça nossa política de bolsas em www.sp.senac.br/bolsasdeestudo

0800 883 2000 - www.sp.senac.br

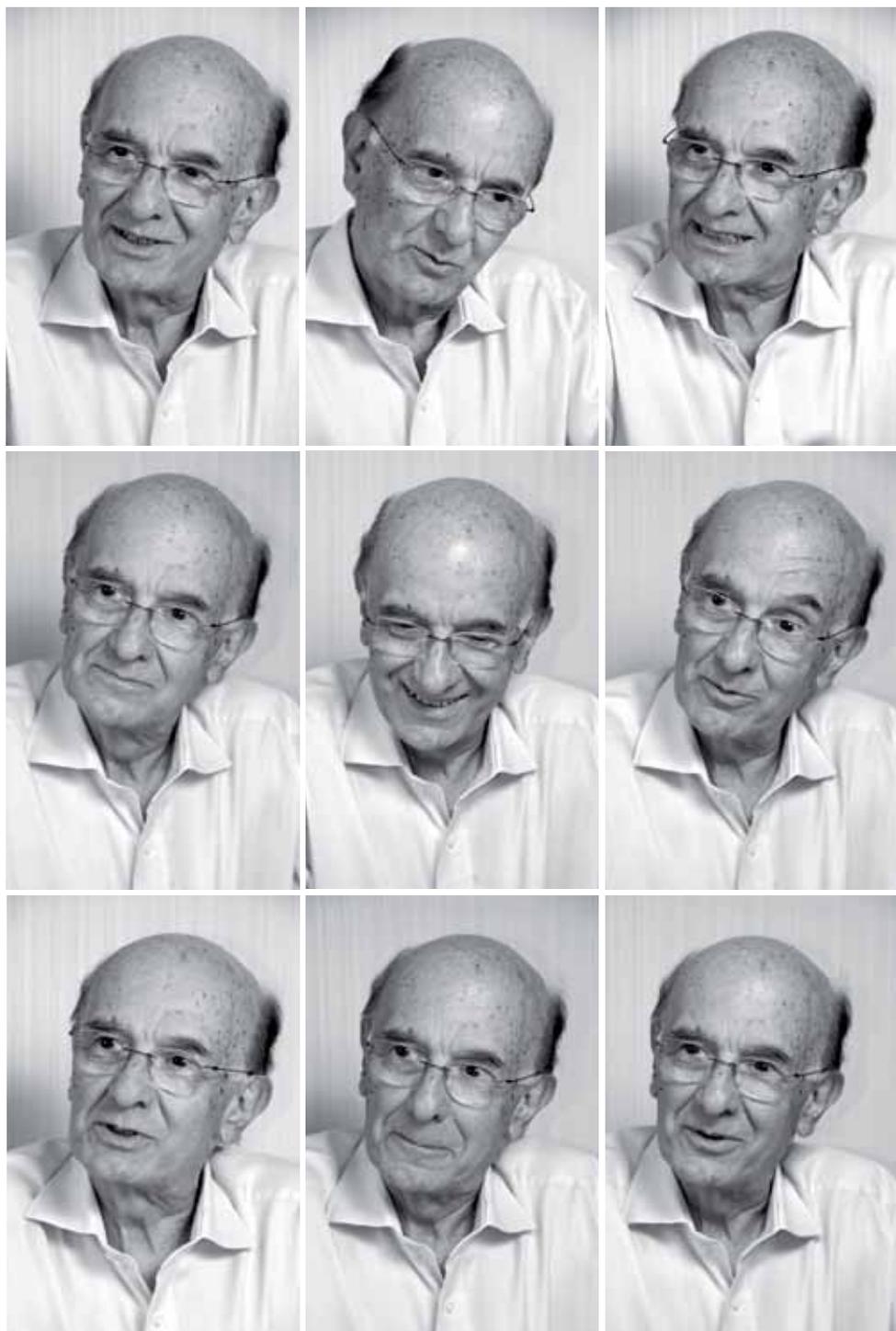


“Bloco entre Estados Unidos e UE é desafio ao Mercosul”

Economista da Fundação Getulio Vargas, Evaldo Alves analisa as consequências do acordo de livre-comércio para o Brasil e para o mercado global
Por Filipe Lopes FOTOS: EMILIANO HAGGE

O acordo de livre-comércio anunciado pelos Estados Unidos e pela União Europeia divide opiniões nos quatro cantos do mundo. Nenhum tratado comercial assinado até hoje pode ser comparado em importância econômica e geopolítica. As duas regiões do globo representam juntas metade do Produto Interno Bruto (PIB) do planeta e um terço das transações internacionais. O ambicioso acordo pode colocar em xeque o crescimento de mercados emergentes como o Brasil e decretar a falência de acordos de livre-comércio concorrentes das duas superpotências. Mas

o cerne do anúncio é a expectativa de que o pacto poderá recuperar as duas economias depauperadas com a crise mundial. O professor e economista Evaldo Alves, coordenador do curso de comércio exterior do Programa de Educação Continuada (PEC) da Fundação Getulio Vargas (FGV-SP), concedeu entrevista a **Conselhos** sobre a dimensão do acordo e as consequências para o Mercosul. Alves foi secretário de Assuntos Internacionais no Ministério de Ciência e Tecnologia do governo Fernando Collor de Mello e ex-presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).



É FACTÍVEL ESTABELECEER UMA “ÁREA TRANSATLÂNTICA DE LIVRE-COMÉRCIO”, MESMO COM OS SUBSÍDIOS DE AMBAS AS PARTES E A QUESTÃO DOS TRANSGÊNICOS NA EUROPA?

1

Como em todo acordo, essas diferenças terão de ser negociadas para o acerto de diferenças e divergências. Em um momento, uma das partes vai ceder e essas arestas serão aparadas. Mas isso é normal na construção de acordos comerciais. É importante destacar que esse é o maior já proposto no planeta. De um lado, temos os Estados Unidos, hoje o maior PIB individual do mundo e, do outro, a União Europeia, maior mercado mundial. São as duas maiores potências econômicas e comerciais atualmente. A União Europeia tem PIB equivalente ao dos Estados Unidos. Em termos de potencial de mercado, esse acordo é o maior e tem grande possibilidade de crescimento.

O ACORDO POSTERGA OU PODE MINAR AS ASPIRAÇÕES DOS BRICS DE TEREM MAIOR PESO NOS FÓRUMS MULTILATERAIS? E PARA A CHINA, O ACORDO IMPACTA SEU PODERIO?

3

Não será totalmente um confronto aos Brics (grupo político de cooperação entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), mas, de todo modo, cria novo polo comercial e de disputa. Não podemos esquecer que os Brics começarão a dar resultado comercial factível daqui a uns cinco anos, no mínimo, mesmo sendo muito otimista. No caso da China, esse acordo pode atenuar um pouco o ímpeto do comércio entre ela e os países envolvidos, mas não de forma dramática. Hoje, a parceria entre Estados Unidos e China é muito forte, a ponto de alguns autores dizerem que temos outro país no comércio mundial que é a Chimérica.

COM O ENFRAQUECIMENTO DAS DUAS PARTES ENVOLVIDAS DEVIDO À CRISE INTERNACIONAL, O ACORDO TERIA REALMENTE FORÇA PARA DITAR AS REGRAS ECONÔMICAS MUNDIAIS?

2

Em primeiro lugar, esse acordo é mais defensivo do que ofensivo. Eles estão propondo isso porque entraram em colapso. As crises desses países decorrem, sobretudo, da falta de competitividade de seus produtos, comparados com países como a China, Índia, Coreia do Sul, Malásia e, inclusive, o Brasil. Na verdade, esse bloco é uma tentativa de buscar uma ampliação dos dois mercados. Não é possível esperar grande revolução na política comercial entre os dois países. É apenas uma maneira de expandir os dois mercados. Há quem diga que a União Europeia poderá acabar em alguns anos, por causa da crise. Esse tipo de afirmação padece de um pessimismo apocalíptico, de achar que o mundo acabará por causa de uma crise. Certamente, o bloco pode sair em uma posição econômica pior dessa transformação, mas não no sentido de acabar com a União Europeia ou destruir a construção institucional que os países criaram ao longo dos anos. Portanto, pode até mesmo encolher com essa crise, mas a região, como bloco, continuará, sem dúvida alguma.

O POSSÍVEL BLOCO PODE ISOLAR OS PAÍSES SUL-AMERICANOS E COLOCAR EM XEQUE O MERCOSUL? QUAL PODERIA SER O IMPACTO PARA O BRASIL?



Montamos o Mercosul, que é certamente um movimento institucional da maior importância. O acordo de livre-comércio, no entanto, ficou estagnado em sua construção institucional. O bloco é um sucesso comercial, de venda e compra, mas é um fracasso institucional. Não terminamos de construí-lo e deixamos que se transformasse mais em um fórum político. Na América Latina, começamos a observar que alguns países, como Chile, Colômbia, Peru e México, estão constituindo um caminho independente com a Ásia. Este, certamente, enfraquecerá o Mercosul como protagonista, mais até que um bloco transatlântico proposto. Um acordo entre o bloco sul-americano e a União Europeia caminhou bastante, mas agora ficou praticamente em “ponto morto”. Então, a montagem dessa nova ordem econômica talvez sirva como desafio para a gente acordar e retomar, por exemplo, acordos como Mercosul-União Europeia e mesmo a Área de Livre-Comércio das Américas (Alca). Como ocorre ao gosto do latino-americano, a gente começa com muito entusiasmo e depois não toca pra frente. E esses processos comerciais de montagem de blocos são de anos. É preciso obstinação, diretrizes e vontade de construir uma relação sólida. Esse novo bloco que está sendo costurado entre Estados Unidos e União Europeia passa a ser grande desafio ao Mercosul.

CASO O ACORDO TORNE-SE REALIDADE, QUAIS SERIAM AS MELHORES SAÍDAS PARA O BRASIL NÃO SOFRER CONSEQUÊNCIAS DANOSAS?



Fortalecer nossas alianças domésticas pode ser a saída para não perdermos para a concorrência. Acelerar nossos acordos com a União Europeia e com a Alca também pode nos estimular a melhorar nossa competitividade, caso contrário perderemos mercado. O governo brasileiro nessa questão comercial é muito tímido e pouco ativo. O Mercosul não faz novos acordos há algumas décadas. O Brasil está parado tem quase 20 ou 30 anos. Há uma timidez muito grande nessa área comercial, em um mundo que é muito dinâmico e agressivo. As consequências do acordo não são para curto prazo, mas isso em três ou quatro anos pode começar a afetar o comércio aqui no Brasil, bem como no Mercosul, porque uma vez efetuado o bloco, o comércio entre eles estará isento de tarifa de importação. O que coloca um desafio aos nossos produtos e também grande obstáculo para aumentarmos a exportação. O Brasil é um País de eventos e de fatos, e não um País que busca resultados. Precisamos mudar um pouco essa estratégia e essa característica brasileira para conseguir resultados comerciais e econômicos.





Um gole por vez

Pesquisa apresentada no 3º debate – O vinho no Brasil mostra que o mercado brasileiro de consumo de vinho importado tem espaço para crescer. **Por Enzo Bertolini**

Os enólogos dizem que muitos vinhos têm o sabor melhorado se armazenados por alguns anos. O tempo nos barris de carvalho colabora para diminuir a acidez e combater para a química de substâncias pouco solúveis e formação de complexos que afetam sabor e odor. Da mesma maneira, o mercado de consumo de vinho no Brasil está encorpando ano após ano, tendo em 2012 atingido 450 milhões de garrafas de 750 ml, das quais 310 milhões são de mesa e 140 milhões de vinho fino – considerando nacionais (30 milhões) e importados (110 milhões) – crescimento de apenas 1,5% em relação a 2011, segundo o coordenador do Comitê do Vinho da FecomercioSP e diretor do Centro do Comércio (Cecomercio), Didú Russo, em apresentação no 3º debate – O vinho no Brasil, realizado pelo Comitê do Vinho da FecomercioSP, em 24 de abril.

Ainda segundo Russo, entre os motivos para o baixo crescimento estão: a pressão de impostos para o setor, os arrastões em restaurantes e a entrada em vigor da Lei Seca, que diminuiu em 30% o consumo de vinho nesses estabelecimentos, responsáveis por 50% das vendas do setor.

Um caminho para mudar esse cenário é explorar o *e-commerce*, aponta o vice-presidente de Novos Negócios e Relacionamento da Today's Agency, Tato Simon. Segundo ele, há grande potencial a ser explorado pelos produtores e importadores brasileiros. “São 94 milhões de pessoas com acesso a internet no Brasil e seremos 115 milhões em 2016 com foco na classe A/B. O setor de vinho tem de aproveitar esse potencial, como o mercado de cervejas faz”, diz Simon.

Pesquisa realizada pela Wine Intelligence, empresa de inteligência de mercado, com 705 apreciadores de vinhos importados entre 18 e

59 anos, mostra o crescimento do consumo de cervejas premium diante do vinho. Para o gerente de Mercado da Wine Intelligence e responsável pela apresentação da pesquisa, Paul Medder, “isso ocorre graças à variedade de produtos disponíveis e do forte investimento em propaganda”. A cerveja é consumida por 74% dos respondentes e está em segundo lugar na preferência das pessoas pesquisadas. A vodca (50%) e o uísque (43%) também aparecem bem posicionados. Entre os consumidores de vinho importado, o tinto é o preferido para 94%, seguido pelo branco, 65%, e o rosé, 30%.

Segundo o coordenador do Comitê do Vinho da FecomercioSP, o empresário do vinho não está habituado a investir em comunicação de modo geral, “em função dos altíssimos custos de mídia que temos por aí, especialmente televisão e revista. A internet é uma maneira muito boa de trabalhar com o público jovem. O maior desafio de vinho é aumentar a base de consumidores”.

O trabalho a fazer é grande, pois de acordo com os dados da Wine Intelligence, apenas 2% ingerem vinho todos os dias, 11% de duas a cinco vezes por semana, 21% uma vez por semana, 33% de uma a três vezes por mês, 25% uma vez a cada dois ou três meses e 10% apenas duas vezes por ano.

O *branding* dos selos de vinhos – atributos descritivos verbais e símbolos, como o nome, logo, slogan e identidade visual que representam a essência de uma empresa, produto ou serviço – ainda não é utilizado pelos produtores brasileiros. “Isso está a anos-luz do setor do vinho no Brasil”, opina Russo, que aponta o caso da Vinícola Salton, principal produtora de espumantes finos do País. O reconhecimento da marca foi fruto do trabalho dos filhos do fundador, Antonio Domenico Salton.

Existem marcas que souberam construir qualidade com uma sacada de marketing e posicionamento. Um exemplo internacional destacado por Russo é o do argelino radicado na França Jean-Luc Thunevin, criador do

vinho de garagem. “É um vinho maravilhoso, que agregou qualidade com pouca oferta”, destaca o presidente do Comitê do Vinho da FecomercioSP. Thunevin começou a produção em um formato fora do padrão indicado pelos produtores de Bordeaux, cidade situada no sudoeste da França e famosa pelos ótimos vinhos ali produzidos, e alcançou sucesso entre os enólogos.

Outro caso interessante de ações de *branding* em construção no Brasil é a marca Atelier Tormentas, criação do fotógrafo Marco Danielle,

“ A INTERNET É
UMA MANEIRA
MUITO BOA DE
TRABALHAR
COM O PÚBLICO
JOVEM. O MAIOR
DESAFIO DE VINHO
É AUMENTAR
A BASE DE
CONSUMIDORES ”



FOTO: EMILIANO HAGGE

Didú Russo, coordenador do Comitê do Vinho da FecomercioSP e diretor do Cecomercio

que abandonou a carreira para produzir vinho. “São produtos de qualidade, que rivalizam com qualquer estrangeiro”, salienta Russo. Apesar do sucesso entre os apreciadores, o presidente do Comitê do Vinho acredita que a marca ainda “precisa ter um destaque e impacto na mídia. Mas que irá conseguir em breve”.

Preferências e influência

A pesquisa da Wine Intelligence aponta que entre as diversas uvas tintas consumidas, a cabernet sauvignon é a preferida para 64%, seguida pela merlot (50%) e malbec (48%). As brancas preferidas são a chardonnay, primeira opção para 52%, seguida por sauvignon blanc (41%) e moscato/muscat (31%).

Entre os fatores de escolha de compra *off-trade* (em supermercados), 85% disseram que optam pela marca que conhecem, 81% buscam variedade de uva, 80% definem pelo país de origem do vinho ou aqueles com tradição e linhagem ou pela harmonização com comida, e 79% seguem a recomendação de amigos e familiares. O fator de menor importância indicado por 41% dos pesquisados é o fato do vinho ser premiado.

Já na opção de compra *on-trade* (em restaurantes), a marca é o item que mais influencia na compra para 89%, seguido pela recomendação de amigos que acompanham o comprador (85%) e degustar o vinho antes de pedir (83%). O fator de menor importância nos restaurantes é a foto dos vinhos no cardápio para 41%.

O conhecimento da marca foi apontado nos dois segmentos de compra citados acima e é um fator de destaque para Medder. Em 2012, houve crescimento de 12% no volume de buscas no segmento vinho no Google, sendo as subca-

tegorias mais buscadas espumante, tinto, branco, do Porto e rosé, respectivamente. “As buscas são influenciadas pela sazonalidade, especialmente nos meses mais frios e nas festas de fim de ano”, complementa Simon. Para o especialista, o *e-commerce* de vinho na internet é um caminho sem volta. Para ele, o mais importante é definir a estratégia de presença na internet e investir em ferramentas como SEO (Search Engine Optimization) e SEM (Search Engine Marketing) pautada em três principais pilares: tecnologia, popularidade e conteúdo relevante. “Ao seguir esses parâmetros, é possível ficar em destaque nos buscadores”, acrescenta Simon.

As estratégias em *e-commerce* podem influenciar o público mais jovem. Segundo a pesquisa da Wine Intelligence, 67% das pessoas entre 18 e 24 anos gostam de experimentar estilos novos e diferentes de vinho regularmente. Esse percentual é maior na faixa etária entre 25 e 34 anos, chegando a 73%. Por outro lado, na faixa entre 55 e 59 anos, 43% sabe do que gosta e tende a seguir o que conhece.

“Os sete maiores produtores nacionais com os quatro maiores importadores faturam juntos em torno de R\$ 1,5 bilhão. Porém, de um ano para outro, o mercado não muda, pois nem 20% desse montante é destinado à comunicação”, salienta Russo.

Um dos pontos destacados por Simon é a adaptação dos sites no formato *mobile*, segundo ele, fundamental com o crescimento do mercado de smartphones. “Falta muito investimento da indústria vinícola em termos de comunicação. Fora do Brasil, o setor está mais evoluído”, acrescenta.

A opinião dos amigos é um fator importante na escolha do vinho e pode influenciar a venda pela internet, como mostra a pesquisa da Wine Intelligence, que indica que 85%

“ FALTA MUITO
INVESTIMENTO DA
INDÚSTRIA VINÍCOLA
EM TERMOS DE
COMUNICAÇÃO.
FORA DO BRASIL,
O SETOR ESTÁ
MAIS EVOLUÍDO ”



FOTO: EMILIANO HAGGE

Tato Simon, vice-presidente de Novos Negócios e Relacionamento da Today's Agency

dos pesquisados deixam a decisão de escolha do vinho para os amigos. Nesse ponto, as redes sociais e os aplicativos específicos de vinho são diferenciais importantes. “Um site precisa ter conteúdo relevante para ser atrativo, explicando as diferenças de rótulos, a origem das uvas, informações que muitos *sommeliers* não têm condição de passar no restaurante”, explica Simon.

O aplicativo Vivino Wine Scanner é um exemplo de uma mudança nesse setor. Ele faz o reconhecimento dos rótulos de mais de 500 mil opções e apresenta informações sobre onde o vinho foi produzido, quantas pessoas já pesquisaram por ele, seu ranking global médio, quantas estrelas ganhou e a avaliação de outros usuários. O público jovem não pode e não deve ser deixado de lado na hora de inves-

tir em comunicação e propaganda, do contrário, o mercado consumidor de vinho tende a ser ultrapassado pelas cervejas premium.

“O aumento de consumo entre os mais novos só se dará com redução do custo, melhoria de distribuição de produtos e do entendimento do vinho como alimento”, diz Russo. Segundo ele, mais de 2 mil estudos científicos comprovam os benefícios para a saúde do consumo moderado de vinho.

De fato, diferentes pesquisas mostraram que ingerir uma taça de vinho ao dia contribui para a longevidade. A primeira e mais lembrada foi realizada pelo cientista francês Serge Renaud, que desenvolveu estudos epidemiológicos em escala mundial que indicaram 2,5 menos mortes por doenças do coração entre os franceses na comparação com



Paul Medder, gerente de Mercado da Wine Intelligence

“ UMA PARTE DOS PREÇOS NO BRASIL É CHUTADA PELOS SOMMELIERS. A INFLUÊNCIA DOS SUPERMERCADOS VAI AJUDAR A BAIXAR O PREÇO DOS VINHOS ”

os americanos, apesar de fumarem muito e consumirem a mesma quantidade de gordura. Segundo o pesquisador, o principal motivo para essa diferença é o consumo moderado e regular de vinho. A atuação dos mais de mil compostos encontrados no vinho, especialmente os polifenóis (antioxidantes), contribuem para a fama saudável da bebida.

Pesada taxaço

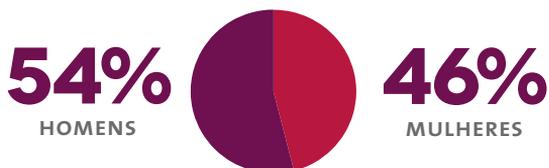
Além disso, Russo reforça que o produto chega à mesa do brasileiro 16 vezes mais caro em relação ao preço de produção. No Brasil, uma garrafa de vinho sai da vinícola já tendo pago mais de 50% em impostos, enquanto na Argentina, no Chile e no Uruguai esse custo

é de 20%. “Há impostos que incidem duas vezes sobre o mesmo produto em diferentes etapas da produção até chegar ao consumidor, como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).”

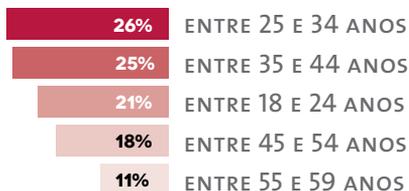
O vinho nacional é taxado em 30% de IPI, 23% de ICMS, 7,6% de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), 1,65% de Programa de Integração Social (PIS) e 1,59% para outras taxas, o que perfaz um total de 63,84% do preço do vinho em impostos. Para os importados, ainda há um acréscimo de 30% pela importação, o que totaliza 83,84% do preço de chegada do produto.

A falta de entendimento da parte do governo do vinho como um complemento ali-

CONSUMIDORES DE VINHOS NO BRASIL



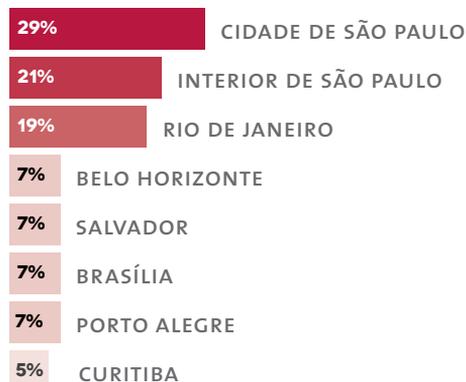
FAIXA ETÁRIA



RENDA MÉDIA MENSAL



CONSUMIDORES POR REGIÃO



Fonte: Wine Intelligence

mentar é preponderante para a taxaço de 25% em ICMS, mesma porcentagem aplicada aos setores de armas e cosméticos. “O papel do governo certamente é desonerar a cadeia produtiva. A cachaça paga 18% de ICMS e o vinho 23%. Por quê?”, questiona Russo.

Na outra ponta, os restaurantes também precisam mudar, uma vez que a precificação é, em média, dez vezes acima do valor final gasto na produção. “Uma parte dos preços no Brasil é chutada pelos *sommeliers*. A influência dos supermercados vai ajudar a baixar o preço dos vinhos. A mudança será lenta, mas ocorrerá”, diz Medder.

O crescimento de uma classe média disposta a consumir vinho, mesmo sem ter conhecimento também impacta no preço final praticado pelos restaurantes. “Dispostos a pagar muito mais do que o vinho vale de fato, esses consumidores incentivam ao abuso de alguns estabelecimentos”, acrescenta Russo. Medder diz que o melhor exemplo para o mercado brasileiro é o americano, grande consumidor de cerveja e hoje um dos maiores compradores de vinho. “Foi uma mudança de 30 anos que teve influência dos supermercados.” Com um gole de cada vez, é possível chegar lá. ■



Chavismo sem Chávez, desafio para Venezuela

Primeiro presidente chavista da história da Venezuela, como ele mesmo se proclama, Nicolás Maduro tem pela frente o maior desafio de sua carreira política: governar a Venezuela sem ter o capital político nem o carisma de Hugo Chávez **Por Jô Pasquatto**



Ex-motorista de ônibus, sindicalista, chanceler, vice-presidente e presidente interino, Maduro foi eleito com 50,75% dos votos contra 48,97% dados ao opositor, o advogado e governador do Estado de Miranda, Henrique Capriles. Por si só, a pequena diferença de votos, de 1,2%, foi considerada uma derrota governista e um indicador do desencanto da população em relação ao chavismo. Em 14 anos de governo, Chávez usou a receita da Petróleos de Venezuela S/A (PDVSA) em programas sociais para beneficiar a população mais pobre, 30% dos 30 milhões de venezuelanos. Maduro também terá os recursos petrolíferos para governar, mas o modelo chavista de inclusão revelou-se ineficiente e, atualmente, a Venezuela encontra-se em profunda crise econômica.

Apesar de ter a maior reserva de petróleo do mundo, estimados 300 bilhões de barris, o país sofre com inflação girando na casa dos 20% a 25%, a maior da América Latina; déficit fiscal de 16% do PIB; setor produtivo desestruturado; insegurança jurídica; câmbio duplo; crescente violência urbana; desabastecimento de produtos alimentícios; dependência de importação e corrupção. O primeiro desafio é evidente, fazer ajustes macroeconômicos sem renegar o legado chavista. Em seu discurso de posse, Maduro convidou a oposição ao diálogo. Disse estar disposto a conversar até com o “diabo”, referindo-se a Capriles. O adversário negou-se a reconhecer a legitimidade do resultado da eleição presidencial e solicitou a anulação do pleito. Eleito para um mandato de seis anos, Maduro enfrentará em 2016, na metade do mandato, o plebiscito “revogatório”. Na consulta, vista pela oposição como grande chance de vencer o atual presidente e o chavismo,

os eleitores vão decidir se revogam ou não o mandato presidencial. O cenário de pressão política completa-se com as exigências por cargos, vindas dos próprios aliados.

Sem o poder de liderança de Chávez, Maduro evitou lances ousados e manteve na atual equipe quase todos os indicados por Chávez no mandato anterior. Talvez em um sinal de mudança, desmembrou a Pasta de Finanças e Planejamento: o ex-ministro da Pasta Jorge Giordani, teórico do chavismo, foi mantido no Planejamento, e Nelson Merentes, que comandava o Banco Central, considerado mais pragmático que Giordani, ficou com as Finanças. A medida, dependendo de seu desenrolar prático, pode ser o começo do fim da revolução chavista ou iniciar uma disputa violenta pela sua herança, que afinal se revelou não tão valiosa, dada a magra vitória de Maduro. A rigor, o próprio Chávez nunca foi dono de vitórias estrondosas. Em outubro de 2012, na disputa pelo terceiro mandato presidencial consecutivo, recebeu 8,1 milhões de votos (55,07%) contra 6,5 milhões de votos (44,31%) dados a Capriles. Mas a morte, aos 58 anos, vítima de um câncer na região pélvica, após 20 meses de cirurgias e tratamentos, o transformou quase em uma entidade divina e eterna.

Chávez é um cadáver útil

Segundo analistas, apesar desse processo de mitificação, a ausência física de Hugo Chávez deverá, aos poucos, enfraquecer o chavismo. Para o presidente do Conselho Superior de Direito da FecomercioSP e titular em direito Constitucional da Universidade Mackenzie, Ives Gandra Martins, Chávez é “um cadáver útil” e como tal será utilizado

“ MADURO É UM PRESIDENTE DE TRANSIÇÃO E TERÁ DUAS OPÇÕES: SER UM DÉSPOTA, PERPETUAR-SE NO PODER E MANTER O GRUPO CHAVISTA. OU SER UM PRESIDENTE DE UM MANDATO SÓ ”



FOTO: EMILIANO HAGGE

Marcus Vinícius de Freitas, professor e coordenador de Relações Internacionais da Fundação Armando Álvares Penteado (Faap)

para alavancar e proteger o chavismo. “O cadáver de Chávez elegeu Maduro e será um escudo para manter-se no poder”, diz. O jurista reconhece em Chávez um líder carismático, que soube aliar à formação militar, autoritarismo e atendimento das necessidades básicas de moradores de áreas da periferia nas cidades venezuelanas. “A figura de Chávez superava a realidade. Mesmo quando as coisas não iam bem, e não vão bem na Venezuela, por causa da inflação, falta de alimentos, a ele ter reduzido o país a uma monoeconomia do petróleo, o carisma dele fez com todos o tomassem como um líder diferenciado”, destaca Gandra.

Uma escalada de autoritarismo, problemas econômicos e violações constitucionais, essa é a projeção que Gandra faz do futuro governo venezuelano liderado por Maduro. “Sem um líder carismático, o chavismo não resiste. Creio que, nos médio e longo prazos, a Venezuela vai partir para um regime mais duro, até haver uma reação e o país voltar a ser uma democracia.” O professor enumera a violação de pelo menos três artigos da Constituição venezuelana – 231, 236 e 229 – no processo que elegeu Maduro. “A Suprema Corte foi inteiramente escolhida por Chávez e o presidente da Assembleia Nacional é homem de confiança do chavismo, então eles fazem o que bem entendem”, afirma. Para Gandra, o bolivarianismo chavista está fadado ao fracasso. “Essa tese contrária ao lucro, ao empreendedorismo é uma doutrina ultrapassada e levará os países que a apoiam a um impasse institucional muito grande.”

Na opinião do professor de relações internacionais e pesquisador do tema Internacionalização de Empresas e Negócios da

“ OS PROGRAMAS
COM FORTE
CARÁTER
ASSISTENCIAL
DERAM
SUSTENTAÇÃO
AO CHAVISMO E
TORNARAM CHÁVEZ
UM LÍDER MUITO
QUERIDO ENTRE
AS CAMADAS
MAIS POPULARES
PORQUE ELE FEZ
O QUE TODO
GOVERNANTE DEVE
FAZER, SER SENSÍVEL
À DESIGUALDADE E
COMBATÊ-LA ”

Universidade Mackenzie, Francisco Cassano, enquanto vigorar o conjunto de concessões internas e externas possibilitando a inserção das populações mais pobres, o chavismo vai existir. “A Venezuela doa 150 mil barris de petróleo por dia para Cuba, compra títulos da dívida argentina quando o país não tem a mínima possibilidade de captar fundo em moeda estrangeira no mercado internacional, estatiza redes de supermercados locais



Arnaldo Francisco Cardoso, especialista em Comércio e Relações Internacionais e professor pesquisador das Faculdades Mackenzie e Anhembí Morumbi

para forçar preço baixo, essa é a cara do chavismo e deverá continuar mesmo sem a presença de Chávez.” E, apesar de Maduro não ter o status persuasivo nem a articulação de Chávez, lembra Cassano, foi escolhido por ser o mais indicado para dar continuidade à Aliança Bolivariana das Américas (Alba) e se opor aos EUA. Outro indicador da força do chavismo estaria na atuação da Suprema Corte ao autorizar a candidatura do herdeiro

chavista, destaca. “Maduro não poderia ter assumido a Presidência e, tendo assumido, não poderia ter sido candidato, mas a Suprema Corte interpretou de modo diferente.”

Chavismo não resistirá ao teste

Para o coordenador de Relações Internacionais da Fundação Armando Álvares Penteado (Faap), professor Marcus Vinícius de

“ O MOVIMENTO DO CHÁVEZ SEMPRE FOI MUITO POUCO INSTITUCIONALIZADO E CENTRADO NA FIGURA PERSONALISTA DELE. E, EM 14 ANOS DE GOVERNO, ELE SE AUTODENOMINOU TRÊS OU QUATRO COISAS DIFERENTES: NO COMEÇO ERA NACIONALISTA, DEPOIS SOCIALISTA, BOLIVARIANO E, AGORA, NA DOENÇA, ANDAVA COM O CRUCIFIXO NAS MÃOS. ERA UM SUJEITO QUE TRAZIA MUITO MAIS UMA PROMESSA DE MUDANÇA SOCIAL DO QUE UMA LIDERANÇA COM PROGRAMA CLARO ”



Foto: Divulgação

Ricardo Sennes, sócio-diretor da Prospectiva Consultoria e do Gacint da USP

Freitas, o chavismo não resistirá ao teste da história. “Ao contrário da Argentina, a Venezuela nunca foi potência econômica. O peronismo é uma visão nostálgica dessa Argentina, já o chavismo é o atendimento de necessidades correntes na população e não atendidas pelos governos anteriores”, resume. Para Freitas, na medida em que as condições de vida na Venezuela melhorarem, o processo será transformado. “Maduro herdou os votos de Chávez por uma

única razão: Chávez foi bom presidente durante um tempo, criou mecanismos de reforma social incluindo a população”, explica. Freitas sustenta que, no longo prazo, esse tipo de construção de Estado, baseado em benefícios sociais em troca de apoio ao regime, não é sustentável. “Maduro é um presidente de transição e terá duas opções: ser um déspota, perpetuar-se no poder e manter o grupo chavista. Ou ser um presidente de um mandato só, porque ele não tem carisma para reeleger-se e a conta dos problemas econômicos começará em breve a ser cobrada.”

Na avaliação de Freitas, o sucessor de Maduro também encontrará dificuldades para fazer os ajustes necessários. “Quem vier em seguida não vai conseguir realizar muita coisa porque a máquina está engessada. Até desmantelar a cadeia montada ao longo de 14 anos leva tempo, mais de um mandato”, afirma. Freitas aponta ainda outro equívoco frequente em relação ao chavismo. “É comum ouvirmos que se a Venezuela fosse uma democracia, os benefícios alcançados não estariam lá. O processo de inclusão no Brasil, por exemplo, foi maior e com uma democracia evidente.” Para Freitas, o problema na Venezuela, como em todo continente latino-americano, é o quadro político. “Não há uma oposição nem uma situação preocupadas em pensar como inserir o país num contexto mundial mais ativo.” Mas o eleitorado tem outro raciocínio, admite Freitas. “Não é o caso do venezuelano mais ilustrado, mas o eleitor de Chávez pensa assim: apesar de Chávez, apesar de tudo, tenho uma situação melhor do que a anterior. Estou melhor do que há 14 anos.”

A sobrevivência do chavismo depende da capacidade de Nicolas Maduro manter os programas sociais implantados por Chávez. A avaliação é do especialista em Comércio e Relações Internacionais e professor pesquisador das Faculdades Mackenzie e Anhembi Morumbi, Arnaldo Francisco Cardoso. “Os programas com forte caráter assistencial deram sustentação ao chavismo e tornaram Chávez um líder muito querido entre as camadas mais populares porque ele fez o que todo governante deve fazer, ser sensível à desigualdade e combatê-la.” No entanto, ressalta Cardoso, Chávez não foi eficiente porque excluiu as elites desse processo de desenvolvimento. “Ele provocou a fragmentação da sociedade venezuelana e conseguiu atrair uma oposição ferrenha dos setores produtivos mais dinâmicos, da classe média, até com ódio, o que é muito ruim se a gente pensar nos desafios na nação.” Cardoso destaca que a busca do apoio das massas é típico de lideranças carismáticas, como Chávez, mas lembra que esse não é o caso de Maduro. O novo presidente não poderá jogar com a radicalização da desigualdade se quiser preservar o chavismo na Venezuela.

“A vitória apertada reforça minha avaliação de que o próximo governo estabelecerá o diálogo com os vários setores da sociedade civil organizada, especialmente com o empresariado, se quiser governar na normalidade democrática e tirar a Venezuela da fragilidade econômica em que se encontra”, afirma Cardoso. Assim, ao mesmo tempo em que terá de corrigir as distorções macroeconômicas e deficiências de infraestrutura, criar mecanismos para ativar o crescimento econômico, re-

cuperar a imagem de confiança com os investidores e retomar o diálogo com a oposição, Maduro não pode parecer um traidor do chavismo. “Se isso ocorrer, ele vai cair numa depreciação de popularidade nas camadas populares, vai perder a relação afetiva. Maduro terá de produzir sinais de modernização, como Chávez não realizou, sem deixar de atender aos mais pobres”, explica Cardoso. Ele acredita ser possível, mas depende da capacidade de comunicação do novo governo com os vários setores da sociedade. “Gradativamente, Maduro tem de mostrar ao empresariado que embora seja um continuador das ideias de Chávez, tem identidade própria.”

Crucifixo nas mãos

Para o sócio-diretor da Prospectiva Consultoria e coordenador-geral do Grupo de Análise da Conjuntura Internacional (Gacint) da USP, o analista Ricardo Sennes, o chavismo, como movimento, não existe. “O movimento do Chávez sempre foi muito pouco institucionalizado e centrado na figura personalista dele. E, em 14 anos de governo, ele se autodenominou três ou quatro coisas diferentes: no começo era nacionalista, depois socialista, bolivariano e, agora, na doença, andava com o crucifixo nas mãos. Era um sujeito que trazia muito mais uma promessa de mudança social do que uma liderança com programa claro.” Outra indicação de que nunca houve um eixo programático de governo, partido ou organização de apoio, segundo Sennes, foi a nomeação de Maduro para a disputa presidencial. “Não houve negociação nem

consulta internas, foi uma escolha pessoal de Chávez, personalista até na hora da morte”. Na avaliação de Sennes, Maduro vai ter de recompor o governo se quiser manter sua unidade. “Vamos ver quem ele escolherá para compor o governo, em quem vai confiar. Creio que Maduro não terá condição de manter esse movimento unido por muito mais tempo. Acho que o tal chavismo deve sofrer abalos importantes daqui para frente.”

Sennes identifica três grandes grupos apoiadores de Chávez: facções de esquerda muito fortes, com leninistas, castristas, aliados táticos e que não tinham Chávez como líder; militares, participantes do golpe de 1992 que foram com Chávez para a prisão, fortemente nacionalistas e autoritários, não reconhecem na democracia representativa liberal bom modo de organização política; movimentos sociais dispersos, entre eles o sindical, origem de Maduro. “São pequenas as condições de o presidente acomodar essa situação, mas, na Venezuela, se diz que ‘quem conseguir controlar o caixa da PDVSA, acerta o restante, monta seus apoios’. Então, se Maduro tiver a capacidade de manejar essas contas de forma a atenuar as brigas entre os grupos, o movimento de Chávez pode se consolidar”, diz Sennes, destacando a importância política e econômica da estatal petroleira, responsável por 96% dos dólares que chegam ao país e financiam os programas sociais. Na opinião de Sennes, isso é difícilimo de ocorrer. “Maduro tem um ano, um ano e pouco para conseguir equacionar minimamente os desafios econômicos. Então, eu não decretaria agora o fim do movimento chavista.” ■

MAIS SUL, MENOS NORTE

O modelo de exportação da Venezuela deve continuar favorecendo o Brasil

Com a vitória de Maduro, a Venezuela tende a manter a estratégia chavista de “mais sul, menos norte” nas relações comerciais, quadro que favoreceu o Brasil nos últimos anos. “Em 1999, o Brasil exportou US\$ 1,5 bilhão, e em 2012 foram US\$ 6 bilhões, um aumento de 800%”, destaca o assessor econômico da FecomercioSP Antonio Lanzana. “Ao mesmo tempo, importou US\$ 1 bilhão. Então, a Venezuela, em 2012, representou o terceiro maior saldo comercial do Brasil, atrás da China e da União Europeia.” Na pauta de exportação do Brasil – terceiro país que mais vende para Venezuela, atrás dos EUA e da China –, estão carnes, açúcar, automóveis e máquinas; e na de importação, combustíveis, alumínio, ferro e aço. Mas, frisa Lanzana, nem tudo são flores. “Temos dois problemas, a insegurança jurídica, até mesmo com controle de câmbio no BC, em que o empresário pode exportar e não receber, e o câmbio duplo.” Segundo Lanzana, a desvalorização de 32% da moeda venezuelana, o bolívar, em vigor desde fevereiro, tirou a competitividade dos produtos brasileiros no país. “É uma tentativa para reduzir déficit público, uma medida necessária para eles e que, provavelmente, veio para ficar.”

No âmbito do Mercosul, segundo Lanzana, o cenário também é favorável, apesar das incertezas em torno do governo Maduro. Para ele, a introdução da Venezuela no grupo pode ser vista como uma tentativa de criar compromissos, atenuar o risco de mudança política e reduzir a presença da China no mercado venezuelano. Mas dependendo da composição política, alerta Lanzana, a presença da Venezuela pode implicar medidas restritivas. “A Venezuela é tradicionalmente mais fechada ao mundo que o Mercosul. Com Chávez, a pressão seria maior e com Maduro, não se sabe. Acho que o mundo caminha mais para a abertura do que para o fechamento. Essa restrição não me agrada, mas é o risco envolvido com a entrada da Venezuela”, afirma Lanzana.



CERTIFICADO DE ORIGEM FECOMERCIO-SP. MAIS PRATICIDADE E RAPIDEZ NA HORA DE EXPORTAR.

Siga o melhor rumo para os seus negócios no exterior. Obtenha seu Certificado de Origem na FecomercioSP de maneira prática, rápida e segura, com as melhores condições do mercado.

*Mais informações, ligue (11) 3254-1652/1653
ou envie e-mail para
certificado@fecomercio.com.br*

*Rua Dr. Plínio Barreto, 285 – térreo
9h às 12h30 / 14h às 17h30*



FECOMERCIO-SP
Representa muito para você.

“Um valor que a gente prega é fazer as coisas de forma diferente”

Vice-presidente executivo e financeiro da Totvs fala sobre a expansão da empresa para a América Latina por meio de franquias, os investimentos em startups

Por Enzo Bertolini FOTOS: EMILIANO HAGGE

Referência em softwares de gestão integrada (6ª maior do mundo), tecnologia e serviços, a Totvs é líder absoluta no Brasil, com 55,4% de participação de mercado, e na América Latina, com 35%. Essa liderança poderá aumentar em breve se o ritmo de fusões e aquisições for mantido (48 em nove anos). De acordo com o vice-presidente executivo e financeiro da Totvs, Alexandre Dinkelmann, a empresa tem fluxo de caixa e baixo endividamento para manter o ritmo. O faturamento atingiu R\$ 1,41 bilhão em 2012.

A América Latina é a primeira frente de expansão internacional e a meta é triplicar a receita total da empresa no exterior até 2016. Depois do lançamento inicial de ações, em 2006, apresenta bom desempenho devido ao mercado em crescimento, boa gestão, sinergias com aquisições certeiras e elevados padrões de governança. Nesta entrevista, o executivo defende a desburocratização no Brasil para estímulo ao empreendedorismo e a importação de mão de obra qualificada.



Conselhos – A TOTVS ADQUIRIU RECENTEMENTE A PRX, IMPORTANTE EMPRESA DE TECNOLOGIA DO SETOR AGROINDUSTRIAL. O QUE ESSA AÇÃO REPRESENTA PARA A ESTRATÉGIA DA TOTVS? É A PRIMEIRA GRANDE INVESTIDA NESSE SETOR?

Alexandre Dinkelmann – Esse é um movimento relevante. Já tínhamos uma parceria antiga com a PRX, e o setor agrícola, para nós, é bastante importante. O Brasil é um *hub* internacional de produção agrícola, existe muita tecnologia aqui. O nível de produtividade e eficiência da indústria brasileira é benchmarking global. Entendemos que tem crescimento para ocorrer no Brasil. Essa aquisição reforça nossa atuação nesse setor e permite mais um vetor de internacionalização da Totvs.

Conselhos – DESDE 2005, A TOTVS INVESTIU EM 48 OPERAÇÕES DE FUSÕES E AQUISIÇÕES, CONSIDERANDO A PRÓPRIA PRX. HÁ PLANOS DE NOVAS AQUISIÇÕES NOS PRÓXIMOS ANOS? EM QUAIS NICHOS?

Dinkelmann – Temos poder financeiro para aquisições interessantes para nossa estratégia e espaço para captar mais recursos, principalmente por meio de endividamento. Em relação a nichos, temos um plano estratégico de aquisições, no Brasil e fora dele. Nossa estratégia vai sempre combinar crescimento orgânico com fusões e aquisições.

Conselhos – PARA O EXTERIOR, A EMPRESA TEM A MESMA ESTRATÉGIA DO BRASIL?

Dinkelmann – Sim. No exterior, a gente segue alguns pilares importantes. Primeiro, somos seletivos. A América Latina é a primeira frente de expansão internacional, onde jogamos nossas fichas. Para o exterior, precisamos escolher merca-

“ INFELIZMENTE, EM VEZ DE CONCENTRAR ENERGIA EM CRIAR UMA PROPOSTA DE VALOR E ALAVANCÁ-LA PARA SEUS CLIENTES, ALGUMAS STARTUPS PRECISAM PREOCUPAR-SE COM UM LADO BUROCRÁTICO ”

dos, entender o nível de competição e de como criar diferencial, obviamente com base em nossas forças do mercado brasileiro. Há um movimento relevante de empresas nacionais indo para fora. Esse movimento não tem volta. O Brasil e a América Latina fazem parte de uma região com potencial de crescimento relevante em relação a outras regiões mais maduras, como a própria Europa.

Conselhos – QUAIS OS RESULTADOS QUE O TIME DEDICADO AO SETOR INTERNACIONAL OBTVEU DESDE 2011?

Dinkelmann – Houve crescimento superior ao obtido, em média, pela própria Totvs. O objetivo é equilibrar, do ponto de vista econômico e financeiro, as operações



até o fim de 2014. E, trimestre a trimestre, mostramos consistência nesse alvo. Queremos ter entre 3% e 5% da receita total da Totvs no mercado internacional em 2016. Hoje, estamos em torno de 1,4%.

Conselhos – RECENTEMENTE, O BRASIL ANUNCIOU O PROGRAMA STARTUP BRASIL PARA SELECIONAR CEM EMPRESAS COM POTENCIAL DE CRESCIMENTO. ESSA INICIATIVA COLABORA PARA O NEGÓCIO DA TOTVS?

Dinkelmann – Sim. Essa é uma fase muito interessante de desenvolvimento do País. Comparado há dez ou 15 anos, percebo no Brasil um ambiente muito mais propício ao empreendedorismo. Tornou-se comum para a nova geração sair da faculdade

com o sonho de abrir o próprio negócio. Ainda não nos colocamos no patamar do Vale do Silício, mas estamos no caminho.

Conselhos – A TOTVS CRIOU UM BRAÇO PARA INVESTIR EM STARTUPS. COMO ELE ESTÁ SENDO DESENVOLVIDO?

Dinkelmann – No ano passado, criamos a Totvs Ventures, nosso braço de venture capital. Queremos atrair empreendedores com alto potencial de desenvolver coisas interessantes para nosso ecossistema. Sempre com tecnologia. Além do dinheiro, a Totvs Ventures traz toda uma rede de negócios que ajuda a acelerar o crescimento dessas startups. Esse é o primeiro movimento. Este ano,

está em andamento o concurso Start IT Up, com mais de 500 inscritos, no Brasil e na América Latina. Iniciativa que faz parte da nossa estratégia e é um de nossos pilares, que é ajudar o Brasil a inovar cada vez mais. Afinal, a Totvs nasceu disso.

Conselhos – COMO TER UM AMBIENTE INOVADOR NO BRASIL?

Dinkelmann – É preciso vencer a burocracia. Infelizmente, em vez de concentrar energia em criar uma proposta de valor e alavancá-la para seus clientes, algumas startups precisam preocupar-se com um lado burocrático complicado. Talvez seja um obstáculo para chegarmos a um patamar mais avançado de empreendedorismo no Brasil. É preciso reduzir essas travas burocráticas que atrapalham quem quer abrir seu negócio. Se pudéssemos destravar um pouco as barreiras burocráticas, teríamos mais inovação vinda de todo mundo, não só de empresas grandes, mas também de pequenas. Isso é um dever de casa que o Brasil tem de fazer. O objetivo final é facilitar a vida das empresas, tirar incertezas e deixar cada vez mais claro quais são as regras. Como País, temos de buscar isso.

Conselhos – A NECESSIDADE PREMENTE DE MÃO DE OBRA QUALIFICADA, ALIADA AO GARGALO EDUCACIONAL, PODE SER UM IMPULSO PARA IMPORTAR PROFISSIONAIS CAPACITADOS DA EUROPA?

Dinkelmann – Em todos os setores da economia, mão de obra é uma questão importante. Para termos crescimento sustentável por bons anos, teremos de

“É EXTREMAMENTE SAUDÁVEL DESENVOLVER A CAPACIDADE DE ATRAIR TALENTOS PARA QUALQUER PAÍS QUE QUEIRA SER VENCEDOR”

resolver a questão de produtividade da economia brasileira. E um dos pilares de produtividade, com a tecnologia, é a mão de obra. Tecnologia, a Totvs e outras empresas do setor têm trabalhado para tentar resolver. Já a mão de obra passa por educação, treinamento e capacitação. A gente vê isso como um desafio para o Brasil. E temos de endereçar isso. Para os próximos cinco ou dez anos, não é a educação de base que vai resolver. Na questão de mão de obra, é recomendado para qualquer país ter fluxo de pessoas, de ideias. Se olharmos a história dos Estados Unidos, o sucesso deles calcou-se por uma imigração de sucesso. O Brasil como *hub* de empreendedorismo deve atrair talentos. É extremamente saudável desenvolver a capacidade de atrair talentos para qualquer país que queira ser vencedor.

Conselhos – É UMA VISÃO DIFÍCIL DE O GOVERNO ENCAMPAR.

Dinkelmann – Politicamente, ela traz ônus e não é à toa que os próprios Esta-



dos Unidos também enfrentam o mesmo tipo de discussão, mas quero crer que eles vão continuar na mesma direção, com capacidade de atrair e manter talentos de fora do país porque a geração de riquezas que veio dessa turma é absurda. O volume de patentes e startups que envolveram imigrantes nos Estados Unidos varia de 25% a 40%. É um jogo de ganha-ganha na minha visão.

Conselhos – **QUAIS ERROS A TOTVS COMETEU QUE SERVIRAM COMO APRENDIZADO?**

Dinkelmann – O erro faz parte de qualquer experiência pessoal ou profissional. Houve uma situação curiosa. Em setembro de 2001, quando a Totvs estava

“ O BRASIL E A AMÉRICA LATINA FAZEM PARTE DE UMA REGIÃO COM POTENCIAL DE CRESCIMENTO RELEVANTE EM RELAÇÃO A OUTRAS REGIÕES MAIS MADURAS, COMO A PRÓPRIA EUROPA ”



se preparando para listar ações em Bolsa e era bem menor, houve o atentado às torres gêmeas. Isso parou tudo durante bom tempo e fechou a janela de IPOs (lançamento inicial de ações, na sigla em inglês). Naquele primeiro momento, foi uma frustração para a empresa (ainda como Microsiga). Isso exigiu o plano B, que foi voltar para dentro, crescer e se consolidar. Cinco anos depois, foi feito um IPO em melhores condições, com a empresa melhor preparada. Esse foi um aprendizado de que, primeiro, toda organização precisa ter um plano B, e, segundo, timing é importante. O IPO em 2006 foi muito mais apropriado.

Conselhos – POR QUE A TOTVS OPTOU PELO FORMATO DE FRANQUIAS PARA CRESCER, QUE, COMO O SENHOR CITOU ANTERIORMENTE, NÃO É COMUM PARA O SETOR DE SOFTWARE?

Dinkelmann – Um valor que a gente prega muito é tentar fazer as coisas sempre de uma forma diferente. Na época, o modelo tradicional era de desenvolvimento de um monte de canais de distribuição em que um competia com o outro. E que vencesse o melhor. A gente preferiu aprofundar o sentido de sociedade com nossos franqueados, onde teríamos donos de seus negócios representando a Totvs com assento e sotaque local em cada canto do País. Foi uma visão relevante porque no nosso negócio de pequenas e médias empresas a presença é fundamental. E talvez seja uma das principais barreiras de entrada que a Totvs estabeleceu com competidores, principalmente estrangeiros: a presença maciça em qualquer canto do Brasil por meio de uma rede ampla de franquias.

Conselhos – QUANDO A TOTVS ABRIU UMA FRANQUIA NA ARGENTINA, O MODELO NÃO DEU CERTO NO COMEÇO. O QUE OCORREU?

Dinkelmann – A história foi de aprendizado. É natural para qualquer empresa ter um tempo de maturação, ter de investir mais do que investiria no mercado brasileiro e perder dinheiro. Perder, entre outras coisas, pois é preciso investir nesse aprendizado. Em alguns casos, a gente teve de aprimorar a escolha de parceiros. Por esse aprendizado, conseguimos evoluir de uma forma positiva no exterior.

Conselhos – O MODELO DE FRANQUIA É APLICADO EM TODAS AS BASES NO EXTERIOR OU CADA PAÍS TEM SUA PARTICULARIDADE?

Dinkelmann – A gente tenta entender a particularidade. Estamos usando, fora do Brasil, o mesmo modelo nacional, que é híbrido. Em algumas regiões a gente tem equipe própria de venda e de implementação de software, combinando isso com franquias, os terceiros.

Conselhos – OS SMARTPHONES SÃO UM CAMINHO SEM VOLTA? INVESTIR EM MOBILE É TIRO CERTO?

Dinkelmann – Sim, é sem volta. Por quê? Estamos falando de investimentos sempre ligados a soluções para empresas. Então, a forma de se fazer as coisas, em cada segmento, é afetada pela mobilidade, quer seja alguém inspecionando uma obra no campo, uma plataforma de petróleo, o chão da fábrica ou realizando a limpeza ou segurança de algum espaço. Pode ser um professor em uma sala de aula, alunos que são clientes de uma escola ou um hospital. Qualquer atividade é ou será impactada pelo conceito de mobilidade. ■

Segurança da informação em negócios digitais

José Antonio Milagre é advogado e consultor de segurança digital

Definimos na academia que a segurança da informação é o instituto que visa resguardar a integridade, confidencialidade e disponibilidade da informação. Informação é poder, riqueza. E onde há riqueza, há crimes. De cada dez empresas, ao menos sete foram vítimas de algum tipo de fraude nos últimos dois anos. Precisamos garantir, enquanto “segurança da informação”, que a informação esteja disponível, porém somente a quem dela deva se valer e, principalmente, que seja íntegra, não alterada ou utilizada de forma indevida.

As fraudes fazem 18 vítimas por segundo no mundo inteiro. Um prejuízo de US\$ 110 milhões em 2012. Relatórios dizem que tentativas de roubo de tecnologia e de informações sigilosas ou classificadas aumentaram 75% entre 2010 e 2011. E a tendência é piorar.

A própria segurança da informação, ao preocupar-se com um sistema que preserve

as empresas de danos decorrentes das devassas informacionais, trata especificamente com a questão da propriedade intelectual, em síntese, com o resultado da criação da mente humana, a soma dos direitos relativos às obras literárias, artísticas e científicas.

A ISO 27001, que se encarrega das técnicas de segurança – sistemas de gestão de segurança da informação, prevê que procedimentos apropriados devem ser implementados para garantir a conformidade com os requisitos legislativos, regulamentares e contratuais no uso de material, em relação aos quais pode haver direitos de propriedade intelectual e sobre a utilização de produtos de softwares proprietários.

E quando tratamos de negócios digitais?

É inegável que com o avanço da tecnologia, os sistemas de espionagem se tornaram mais sofisticados. Percebe-se que os *crackers* são cada vez mais ousados em ataques dire-



cionados a propriedade intelectual de empresas. Planos e negócios e estratégias de marketing são as informações mais visadas.

Propriedade intelectual também é o centro, pois são informações estratégicas e de alto valor. A espionagem industrial envolve roubo de dados e segredos por parte de concorrentes. *Crackers* são os soldados dessa guerra que é impulsionada com a tecnologia da informação. Muitas informações são encontradas com simples um *google hacking*, diga-se, pequeno esforço em minerar dados pelo buscador.

E o detalhe: nos últimos anos, as principais vítimas foram empresas de tecnologia, ou que desenvolvem, de alguma forma, negócios digitais. Pesquisa conduzida pelo Instituto Ponemon identificou que o Brasil é o segundo país com mais vítimas do cibercrime, ao lado da Índia: 76% das pessoas já sofreram algum tipo de ataque. As empresas também fazem parte dessas estatísticas, e a vulnerabilidade, em grande parte delas, está no ambiente eletrônico. Assim, o ambiente eletrônico também é arma e vítima.

Se pensarmos em uma startup de tecnologia, empresa que está nascendo, imaginando em um produto ou serviço inédito, com forte influência tecnológica na maioria das vezes, uma violação a propriedade intelectual pode ser fatídica e custar a consolidação da organização. Para se ter uma ideia de que tão grave é o tema, na França, uma pesquisa revelou que metade das pequenas e médias empresas vítimas de roubo de informações pediu falência dois ou três anos depois do ocorrido.

Uma solução é realizar uma *gap analysis* que é uma auditoria importante pela qual é possível identificar processos falhos que possam dar margem ao roubo e vazamento de

informações. O empresário deve ter em mente que as principais fontes de ataque contra a propriedade intelectual estão localizadas no âmbito interno corporativo. Isso mesmo. De nada adianta proteções e investimentos em firewalls, antivírus e sistemas de detecção de intrusos, se não existe nenhum programa para capacitar, trabalhar a ética corporativa e proteger a empresa da potencial concorrência desleal praticada por funcionários, terceirizados, sócios e colaboradores, pessoas que estão dentro do negócio, muitas vezes, gozando de plena confiança dos sócios.

Já no que tange a softwares, um sistema de um negócio digital, pode ser registrado, pois trata-se em verdade de um programa de computador, a expressão de um conjunto organizado de instruções em linguagem natural ou codificada. Isso, contida em suporte físico de qualquer natureza, de emprego necessário em máquinas automáticas de tratamento da informação, dispositivos, instrumentos ou equipamentos periféricos, baseados em técnica digital ou análoga, para fazê-los funcionar de modo e para fins determinados.

O registro de software, no Brasil, se dá no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi) e a violação de direitos de autor de programa de computador, no País, é crime, punível com pena de detenção de seis meses a dois anos e multa.

Por fim, é muito importante que o empreendedor.com proteja sua marca, tão logo defina seu negócio. Não só a marca pode ser registrada, mas também eventual patente de um produto, modelo de utilidade (que acrescenta a uma invenção existente novas funcionalidades/usos) e até mesmo o desenho industrial aplicado a objetos, todos são passíveis de proteção industrial no Inpi.

No Brasil, adota-se, para o registro de marcas, o sistema atributivo, que é originário do modelo romano-germânico, e que estabelece como prioridade a data do depósito no órgão público competente, ao contrário do sistema declarativo, em que é titular da marca quem comprova o uso anterior da expressão (embora alguns classifiquem o Brasil como país de modelo híbrido). Isso implica dizer que, no Brasil, quem deposita primeiro a marca (início do procedimento de registro no Inpi), detém o direito de usar, gozar e dispor do direito a ela, desde que presentes os requisitos da registrabilidade.

Aqui pode responder pelo crime de concorrência desleal, até mesmo digital, punível com pena de detenção de três meses a um ano ou

multa, quem emprega meio fraudulento, para desviar, em proveito próprio ou alheio, clientela de outrem ou que divulga, explora ou se utiliza, sem autorização, de conhecimentos, informações ou dados confidenciais, empregáveis na indústria, no comércio ou na prestação de serviços. Excluem-se aqueles que sejam de conhecimento público ou que sejam evidentes para um técnico no assunto, a que teve acesso mediante relação contratual ou empregatícia, mesmo após o término do contrato.

Nesse cenário, demonstrou-se a importância em se planejar a segurança da informação corporativa, que deve ser proativa e mitigar riscos de vazamentos de informações, bem como em proteger-se os objetos passíveis de registro autoral ou industrial. ■





T-Mobile E 18:42

VOZAR

Conselhos



ENTREVISTA.

‘USO CONSCIENTE DO ESPAÇO PÚBLICO’



TecComercio® reuniu especialistas de diferentes áreas para discutir ações que podem agregar qualidade de vida para a cidade e seus moradores.

Por Enzo Bertolini



ÍNDICE



MATERIAS



FAVORITOS



BUSCA

Conselhos no iPhone

*Resolvemos dar um toque
para quem quer Conselhos:
leia a revista no seu
iPhone também.*

Macroeconomia, macropolítica, relações internacionais, sustentabilidade, desafios das megacidades, entrevistas com líderes e formadores de opinião, análises de especialistas consagrados, opiniões contundentes sobre o Brasil e o mundo. Com o app da Conselhos, você tem acesso a tudo isso no iPhone. Baixe agora: conteúdo gratuito e inteligente tem tudo a ver com seu smartphone.



Representa muito para você.

Gota d'água

Tragédias causadas pelas chuvas de verão reacendem discussões sobre planejamento urbano e evidenciam falhas em mapear zonas de risco de moradia **Por Filipe Lopes**



As preocupações com as chuvas estão sempre na pauta do governo e dos moradores das cidades em todo o País. Nos últimos meses, as enchentes vitimaram centenas de pessoas e destruíram municípios inteiros. Para tentar resolver a questão, o Programa Temático Gestão de Riscos e Resposta a Desastres, presente no Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 do governo federal, planeja implantar um Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais até 2015, para acompanhar 251 municípios com riscos de deslizamentos e outros 205 com riscos de inundações e enxurradas.

O centro de monitoramento será construído com tecnologias modernas e capacidade de acompanhamento ininterrupto. Será capaz, ainda, de incorporar e processar informações de diversas fontes, como da rede de radares meteorológicos, da rede nacional hidrometeorológica, de imagens de sensores remotos e da rede nacional de sismógrafos, compilando as informações para alertar sobre a probabilidade de ocorrência de desastres e viabilizar a ação preventiva dos órgãos de Defesa Civil.

Também está prevista no PPA a capacitação de 4.500 pessoas em atividades de defesa civil, a implantação do Cartão de Pagamento de Defesa Civil em municípios e a modernização do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres. As intervenções de caráter preventivo serão continuadas e ampliadas, como a implantação de sistemas de manejo das águas pluviais, a criação de parques, bosques e áreas de lazer em regiões de grande suscetibilidade a inundações rápidas e enxurradas, a execução de obras de estabilização e contenção de encostas e a remoção de moradias em áreas de risco.

As medidas vêm para amenizar um problema de décadas de políticas públicas inefi-

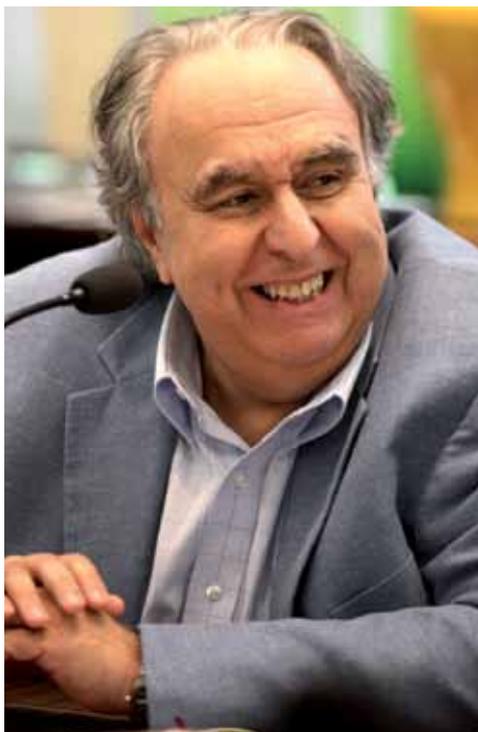
“ EM MEIO A
INUNDAÇÕES, O
PRIMEIRO SETOR
A SOFRER É O
COMÉRCIO. NO
ÚLTIMO VERÃO, SÃO
PAULO TEVE PELO
MENOS 20 DIAS
COMPROMETIDOS
PELAS CHUVAS ”

cientes para o combate as chuvas e moradias clandestinas. Em janeiro de 2011, aconteceu uma das piores tragédias climáticas da história do Brasil, quando mais de 500 pessoas morreram na região serrana do Rio de Janeiro. Dois anos depois, os fluminenses contabilizam novamente mortos no município de Petrópolis, somando 34 mortos até o fim de março deste ano. Em São Paulo, a situação é alarmante também. De acordo com o relatório da Operação Verão da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil de São Paulo, durante o período de dezembro de 2012 a março de 2013, 30 pessoas morreram em razão de enchentes, raios, desabamentos e outros desastres relacionados com as chuvas no Estado. O número de mortes registrado neste verão representa aumento de 260% em comparação ao verão de 2011-2012, quando 12 pessoas perderam a vida.

A FecomercioSP, por meio de seu Conselho de Sustentabilidade, reuniu no fim de março representantes da Prefeitura de São



José Goldemberg, presidente do Conselho de Sustentabilidade da FecomercioSP



Mário Thadeu Barros, professor da Poli-USP

“ É PRECISO TER
UM PLANEJAMENTO
A CURTO, MÉDIO
E LONGO PRAZOS
PARA GARANTIR
A CONVIVÊNCIA
COM AS ÁGUAS
NA CIDADE ”

Paulo, do governo estadual e professores da Universidade de São Paulo para discutir projetos, em andamento e planejados, para minimizar os problemas causados pelas enchentes na capital paulista. Segundo o presidente do Conselho, José Goldemberg, alagamentos e transtornos com os temporais se refletem em todas as esferas do comércio. “Em meio a inundações, o primeiro setor a sofrer é o comércio. No último verão, São Paulo teve pelo menos 20 dias comprometidos pelas chuvas. Isso resulta em dias que o comércio teve de diminuir sua atividade ou até mesmo paralisar as vendas, com prejuízos gigantescos.”

Prevenção

A cidade de São Paulo conta com 13 piscinões em operação construídos pela Prefeitura, com capacidade de retenção de cerca de 2,7 milhões de metros cúbicos de água, restando, pelo menos, um volume de igual magnitude a ser ainda implantado. A carência do município para vazão das águas das chuvas pode ser identificada pelos inúmeros congestionamentos enfrentados pelos paulistanos em dias de temporal. Em 8 de março, uma chuva intensa de cerca de duas horas provocou o quarto maior congestionamento da história da cidade, com 261 quilômetros de lentidão. Nesse mesmo dia, foram registrados 38 pontos de alagamento, pane nos sistemas de trens e metrô e muitos bairros ficaram sem energia elétrica. O Centro de Gerenciamento de Emergências (CGE) decretou estado de alerta no Ipiranga, na zona sul, e estado de atenção nos demais bairros.

De acordo com a Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras (Siurb), ao longo dos quatro anos de mandato do prefei-

to Fernando Haddad, a Prefeitura pretende reduzir cerca de 80 pontos de alagamento cadastrados pelas subprefeituras, por meio de substituição de trechos de galerias insuficientes, aumento das captações e complementação do sistema de microdrenagem.

Para o professor titular de Recursos Hídricos da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli-USP), Mário Thadeu Barros, obras hidráulicas não vão resolver sozinhas os problemas da drenagem urbana da cidade. “É preciso ter um planejamento a curto, médio e longo prazos para garantir a convivência com as águas na cidade. É necessário desenvolver políticas públicas sérias para mapear zonas de risco e impedir que pessoas morem nelas.” O superintendente do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), Alceu Segamarchi Júnior, salienta a importância dos órgãos públicos melhorarem a reorganização urbana para as obras hidráulicas na cidade surtirem o efeito esperado. “A maior parte do dinheiro destinado às obras de drenagem e saneamento vai para realocação de famílias em zona de risco. Isso corresponde a 70% do custo da obra. Precisamos fiscalizar e pensar em uma solução habitacional, para não ficar enxugando gelo.”

Os problemas com moradias irregulares não são exclusividades da cidade de São Paulo ou são os únicos fatores que causam mortes por causa das chuvas no Brasil. De acordo com o geólogo e ex-diretor de planejamento do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), Álvaro Rodrigues dos Santos, o mal vai além das ocupações ilegais, pois, em muitos casos, as áreas de risco estão associadas a edificações plenamente regulares e autorizadas pelas prefeituras. “O fato é que sem um planejamento do uso do solo em que radicalmente

“ A MAIOR PARTE DO DINHEIRO DESTINADO ÀS OBRAS DE DRENAGEM E SANEAMENTO VAI PARA REALOCAÇÃO DE FAMÍLIAS EM ZONA DE RISCO. ISSO CORRESPONDE A 70% DO CUSTO DA OBRA ”



Alceu Segamarchi Júnior, superintendente do Departamento de Águas e Energia Elétrica

FOTO: SUELEN MAGALHÃES

“ QUANDO AS
SIRENES SOAREM,
A POPULAÇÃO
NÃO SABERÁ
PARA ONDE
CORRER E ESTARÁ
INSTAURADO
O CAOS ”



FOTO: EMILIANO HAGGE

Ricardo Moretti, engenheiro civil e professor da Universidade Federal do ABC (UFABC)

seja proibida a ocupação de áreas de alto risco geotécnico ou hidrológico, apontadas em uma carta geotécnica, e sem programas habitacionais de moradias dignas e seguras para a população de baixa renda, os problemas somente irão se agravar”, afirma.

Mudança de paradigma

Os especialistas apontam que as medidas governamentais, como os alertas de enchentes e sirenes não servirão de nada se não forem seguidas por material educacional para orientar a população. “Quando as sirenes soarem, a população não saberá para onde correr e estará instaurado o caos”, pondera o engenheiro civil e professor da Universidade Federal do ABC (UFABC) Ricardo Moretti. “Há a tendência geral ao acomodamento às medidas de alerta pluviométrico, em uma atitude cruel e desumana a qual pressupõe que a gestão de riscos se resume a tocar sirenes e botar a população a correr de suas casas nos momentos mais críticos”, completa Santos.

Segundo Moretti, parece haver início de uma reversão na tendência de descaso com o tema no Brasil. “O assunto foi colocado na pauta e há recursos enormes destinados às ações de prevenção aos danos causados pelas chuvas. Sofremos por décadas de um problema mal trabalhado, não levado a sério pelos governos anteriores, mas agora estamos agindo”, afirma. O próprio PPA admite que o desregrado processo de urbanização do País, acelerado intensamente a partir da década de 1950, não foi acompanhado de políticas de desenvolvimento urbano preocupadas em prover moradia digna para toda a população. As famílias

mais pobres instalaram-se em regiões ribeirinhas ou de encostas por falta de opção, gerando um quadro urbano de vulnerabilidade a deslizamentos de encostas, inundações e enxurradas.

Para José Goldemberg, analisando as propostas governamentais para prevenir e combater os danos causados pelas chuvas, as perspectivas são boas para o futuro. “A expectativa é positiva, apesar de convivermos com períodos cada vez menores de chuva, porém com grande intensidade pluviométrica, o que alaga a cidade em pouco tempo. A realidade é que o déficit de políticas públicas é tão grande que dá a impressão de sempre estarmos correndo atrás do prejuízo.”

O geólogo Santos acredita que o Brasil melhorou em alguns quesitos ao longo dos anos, como a criação de novos órgãos técnicos e gerenciais para as áreas de risco; mobilização de maior número de pesquisadores, profissionais em geologia, geotecnia e meteorologia, técnicos e militantes de sistemas de Defesa Civil; organização de sistemas de alertas pluviométricos; mapeamento de áreas de risco críticas, entre outros. “Além desses itens, destaca-se a nova e avançada legislação brasileira para a gestão de riscos assinalada na Lei federal nº 12.608”, explica.

As medidas propostas pelo governo, como maior controle de monitoramento e programas de moradias populares, começarão a dar resultados palpáveis em longo prazo. Enquanto isso não ocorre, as administrações federal, estadual e municipal voltam sua atenção para a outra face da chuva, ou melhor, para a falta dela. Afinal, os brasileiros começam, agora, a preocupar-se com o costumeiro risco de apagão, por causa dos baixos níveis dos reservatórios. ■



A ordem é capacitar

Segundo dados da Organização Mundial do Turismo (OMT), o setor de turismo é responsável atualmente pela geração de 10% do total de empregos no planeta. Significa dizer que um em cada dez empregados no mundo atua no turismo. Em 2012, foram aproximadamente 100 milhões de empregos diretos, ocupando a indústria do turismo o quinto maior crescimento mundial nesse indicador, com 7,1%. Os números positivos são justificados, em parte, pelo poder multiplicador dessa cadeia, representada por 56 setores da economia.

Como atividade econômica, movimenta US\$ 6 trilhões ao ano, cerca de 9% do PIB, com perspectivas de crescimento para 11% até o fim deste ano, de acordo com dados do Relatório Anual de Impacto Econômico, do Conselho Mundial de Viagens e Turismo.

Nessa perspectiva, o Brasil encontra-se em um momento histórico, impulsionado pelo crescimento econômico, pelo fortalecimento da demanda interna e, principalmente, pelos impactos gerados pela realização dos megaeventos esportivos, uma oportunidade única de fazer do turismo uma atividade de peso na economia do País.

De acordo com dados do Ministério do

Turismo, existe a expectativa de o País receber 600 mil turistas internacionais, bem como cerca de 3 milhões de brasileiros. A grandiosidade dos números revela, no entanto, uma preocupação: os serviços prestados no setor, em especial o atendimento ao turista e a qualificação dessa mão de obra.

Com a recepção dos megaeventos, o incremento do turismo traz o desafio de acolher os visitantes, locais e internacionais. A receita está em oferecer experiências turísticas únicas, por meio de roteiros que valorizem produtos, costumes e culturas regionais. Não podemos deixar de considerar as implicações sobre a escassez de mão de obra qualificada em muitos setores do turismo, limitando suas potencialidades. E é certamente a capacitação profissional a base para enfrentar os desafios.

Os preparativos para os eventos são uma oportunidade para dar um salto de qualidade em todos os aspectos, buscando aumentar nossa capacidade produtiva com ganho de eficiência e tornando o Brasil um destino mais competitivo. O objetivo será construir um turismo competitivo e sustentável, apoiado pela capacidade inata de o povo brasileiro ser hospitaleiro, por meio de progra-

mas, projetos e ações estruturais voltados à educação para o turismo.

Capacitar o setor a fim de torná-lo competitivo para geração de negócios em atividades relacionadas ao turismo, de forma sustentável e, ao mesmo tempo, proporcionando uma experiência positiva ao turista é um dos objetivos que o Programa Senac em Campo se propõe a fazer. O programa nacional quer aproveitar os megaeventos para ampliar a qualificação profissional nos mercados direta e indiretamente envolvidos, buscando garantir a excelência na hospitalidade e promover o desenvolvimento do turismo sustentável. A previsão é oferecer em todo Brasil entre 2010 e 2014, mais de 1 milhão de vagas em todas as modalidades de curso. Somente em São Paulo, nesse mesmo período, serão aproximadamente 95 mil vagas com 28 mil bolsas de estudo (cursos gratuitos).

O grande desafio de programas como esse é saber onde está a real necessidade de qualificação. Nesse sentido, a instituição passa a investir em diagnósticos, mantendo ações para identificar metodologias, formatos, conteúdos educacionais e novas ideias para capacitação profissional para os próximos anos, em parceria com empresas e entidades do setor. O resultado esperado é um diagnóstico acerca das demandas de educação profissional para o mercado turístico.

Para atender oportunidades e necessidades como essas, o Senac em parceria com os Ministérios do Turismo e da Educação, está ofertando gratuitamente cursos para preparação das cidades-sede, entornos e destinos turísticos consolidados para melhoria da qualidade na prestação de serviços aos turistas. Ao total, serão ofertados 44 cursos nas áreas ligadas a ambiente e saúde, desenvolvimento

educacional e social, gestão e negócios, produção alimentícia, produção cultural e design, turismo, hospitalidade, lazer e idiomas.

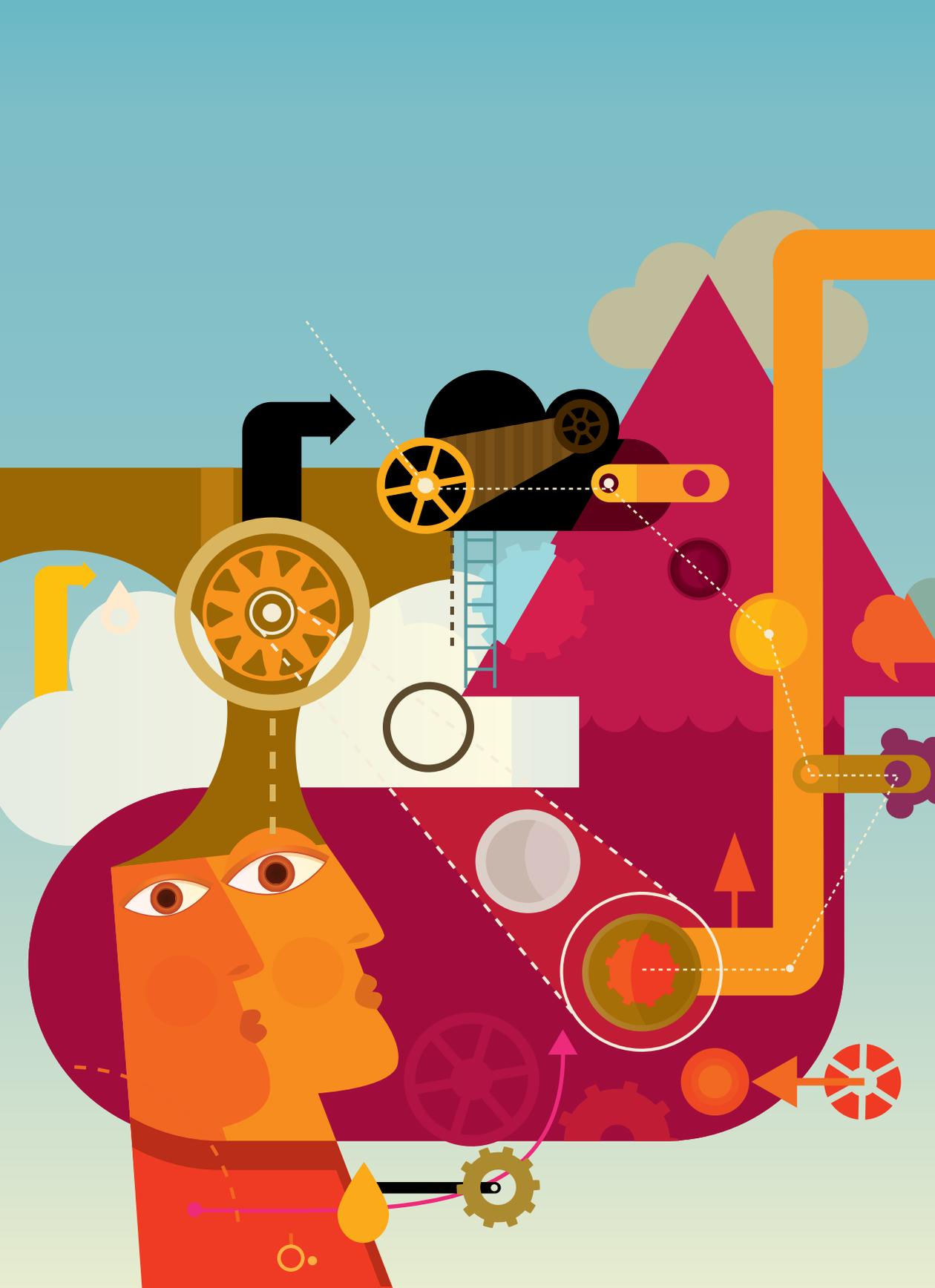
Em um aspecto de fundamental relevância, o idioma, a instituição ampliou seu portfólio de idiomas diante possíveis demandas advindas dos megaeventos esportivos que a cidade sediará até 2016.

Outra frente de grande importância no trabalho do Senac na atuação dos megaeventos e, sobretudo, no turismo é o Centro de Estudos Aplicados. Hoje, dentro desse núcleo, são trabalhados, em parceria com entidades, as principais pesquisas e os indicadores do setor do turismo brasileiro.

Um dos planos de atividade que merece destaque é o Programa Aprendizagem: Turismo, Hospitalidade e Lazer, que trata da formação educacional dirigida para jovens aprendizes com idade entre 14 e 24 anos, encaminhados ao Senac por empresas de comércio de bens, serviços e turismo.

O Programa de Desenvolvimento Local e a Regionalização do Turismo são estratégias de planejamento participativo, que também visam contribuir para o desenvolvimento de turismo sustentável e a qualificação da mão de obra. Estamos nos preparando para atender nova demanda, adequando equipamentos, estrutura e serviços, a fim de oferecer aos nossos turistas uma experiência memorável, com destinos e roteiros com baixo impacto ambiental, satisfazendo as necessidades presentes e de gerações futuras, ampliando emprego e renda e preservando recursos naturais. ■

Marcelo Calado é presidente do Conselho de Turismo da FecomercioSP



ESTE PRÊMIO NÃO ACABA NA ENTREGA.

BIO&GREEN, BHS (Brasil Health Service), Pontal Engenharia, Ondatec, ABVTEX (Associação Brasileira do Varejo Têxtil), Prefeitura Municipal de Indaiatuba, Tereza Carvalho e Gabriel Domingos. Vocês merecem parabéns. O prêmio foi entregue, mas nosso desafio continua, como, no incentivo à atuação responsável dos comerciantes e mesmo no cumprimento da Lei Nacional dos Resíduos Sólidos. Enfim, no apoio à sustentabilidade e à inovação em todo o País.

Aguarde o lançamento do 4º Prêmio. Inscrições a partir de junho de 2013.
www.fecomercio.com.br/sustentabilidade



3º PRÊMIO
FECOMERCIO
de sustentabilidade



FUNDAÇÃO DOM CABRAL

FDC

CDSV

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO
 DA SUSTENTABILIDADE NO VAREJO

FECOMERCIO SP

Representa muito para você.

Batalha por startups

Brasil começa a seleção de empresas iniciantes de base tecnológica para seu programa de fomento **Por André Zara**





Histórias de sucesso de empresas como Buscapé e Netshoes inspiram dezenas de empreendedores brasileiros com sonhos de crescimento rápido e grandes lucros. Mas não só os criadores de startups (empresas iniciantes de base tecnológica) têm altas expectativas para esse tipo de negócio: governos de diversas nações focam atenção e apoio a companhias esperando o surgimento de negócios do porte de um Google ou um Facebook.

O Brasil anunciou recentemente o programa de fomento Start-Up Brasil para selecionar cem empresas com potencial de crescimento. “Pela primeira vez, o governo federal presta atenção a startups, que têm tudo a ver com inovação”, defende o presidente do Conselho da Pequena Empresa da FecomercioSP, Paulo Roberto Feldmann.

O Start-Up Brasil surgiu do diagnóstico do programa TI Maior do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) de que vários países resolveram apostar nesse tipo de empresa para garantir a transição de suas economias para economias baseadas em conhecimento. Para criar o programa, o governo observou o modelo de diversas nações e escolheu implantar a ação por meio de nove aceleradoras selecionadas que darão apoio técnico para o desenvolvimento de startups com até três anos de existência.

A ajuda governamental inclui recursos de até R\$ 200 mil na forma de bolsas para pesquisa e desenvolvimento e de suporte para a criação de um escritório no Vale do Silício (EUA) para fomentar negócios. As bolsas não reembolsáveis e pelo prazo de um ano serão concedidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). “As empresas serão escolhidas por uma banca formada por especialista do CNPq e de fora do governo para uma decisão

mercadológica e técnica. As selecionadas podem atuar em diversas áreas de tecnologia, não só as com projetos com internet”, afirma o coordenador de Software e Serviços de TI da Secretaria de Políticas de Informática do MCT, Rafael Moreira.

Além disso, 25% das empresas poderão ser estrangeiras, em uma tentativa de trazer empreendedores de todo o mundo. “Existe uma competição internacional por cérebros e queremos atrair os melhores para o Brasil. Os selecionados receberão um visto temporário de 12 meses, facilitado por um acordo com o Ministério das Relações Exteriores, além de ganhar um CPF para receber a bolsa”, explica Moreira. A expectativa é gerar empresas competitivas globalmente e que entre 20% e 30% delas obtenham sucesso, pois esse tipo de empresa inovadora tem alto nível de mortalidade. “Falhar é natural nesse ramo. Nossa meta é atingir esse porcentual de sucesso, dentro do padrão global para esse tipo de negócio.”

As aceleradoras terão papel crucial na redução de possibilidades de fracasso. “Elas fornecem a educação e o ambiente para desenvolver negócios, dando rumo aos projetos. Ter uma ideia inovadora é importante, mas o modelo de negócio é mais”, afirma o presidente do Conselho de Economia Criativa da FecomercioSP, Adolfo Menezes Melito. Uma das aceleradoras escolhidas pelo MTC foi a Aceleratch, fundada no ano passado, em São Paulo, que concluiu em abril deste ano os trabalhos de consultoria e apoio às primeiras 11 empresas atendidas. “Estamos participando do Start-up Brasil, pois o achamos bem estruturado e alinhado com nossas ideias. O governo percebeu que essa era uma demanda importante para mudar a cara do PIB brasileiro. Essas empresas contribuem para isso ocorrer”, afirma o funda-

“ EXISTE UMA
COMPETIÇÃO
INTERNACIONAL
POR CÉREBROS E
QUEREMOS ATRAIR
OS MELHORES
PARA O BRASIL ”



Foto: Divulgação

Rafael Moreira, da Software e Serviços de TI da Secretaria de Políticas de Informática do MCT

dor da aceleradora, Pedro Waengertner. Como contrapartida por fornecer sua *expertise* de negócios e mais R\$ 25 mil de apoio, a Acelera-tech ficará com uma participação de 10% das empresas apoiadas. “Nossa meta é trabalhar com empresas com potencial de atingir faturamento de R\$ 100 milhões a R\$ 500 milhões dentro de cinco anos. Parece muito, mas queremos mostrar que elas podem almejar esse objetivo”, diz Waengertner.

A iniciativa do governo foi recebida positivamente pelo mercado. Para o membro do Conselho Administrativo da Associação Brasileira de Start-ups (ABStartups), Ricardo Asse, o programa reforça o momento positivo da economia nacional e a vontade de empreender dos jovens brasileiros, responsáveis

pela criação de cerca de 10 mil startups existentes no Brasil. “Já somos um polo internacional e temos brasileiros atuando em vários países. Agora, pretendemos trazer talento internacional e conectar todos os envolvidos, unindo atores que trabalham em separado”, explica. Ainda segundo ele, o modelo escolhido pelo ministério foi acertado, pois sua gestão é compartilhada com o setor privado.

Mas há contrapontos. O presidente do Conselho de Tecnologia da Informação da FecomercioSP, Renato Opice Blum, lembra da necessidade de medidas estruturais para o incentivo do empreendedorismo. “Criou-se uma cultura no Brasil de que o governo precisa gerar programas para incentivar. O melhor seria por meio de incentivos fiscais

e redução de burocracia, o que já tornaria as empresas muito competitivas, independentemente de processos específicos de seleção. É mais prático e temos bons exemplos, como a Lei Rouanet”, defende.

Competição global

O sonho de todo país é ter um Vale do Silício, com empresas desenvolvendo alta tecnologia e gerando bilhões de dólares de faturamento. O presidente da Fundação de Tecnologia da Informação e Inovação, Robert Atkinson, com sede em Washington (EUA), defende que o governo, independentemente da área de empreendedorismo da região, também teve seu papel como indutor de iniciativas. “Foi mais de apoio e menos diretivo. Uma atitude fundamental foi a de financiar pesquisas de ponta em universidades, como Stanford e Berkeley, para resolver desafios tecnológicos específicos. Isso facilitou a criação de soluções comerciais para a inovação. Outra ação importante foi o fato de ser o principal cliente, pois para muitas empresas iniciantes os contratos com o governo foram a chave inicial para o sucesso.”

Para ele, os governos podem colocar as peças no lugar e facilitar os negócios. “É preciso apoiar a tomada de risco de empreendedores, mesmo quando eles falham ou desafiam empresas já consolidadas. Essas questões culturais, políticas e econômicas são difíceis. Muitos países querem empresas inovadoras, mas rejeitam a ruptura de processos que elas trazem”, completa.

Outro exemplo internacional de incentivo ao empreendedorismo e à inovação é Israel, conhecida como “nação startup” pela grande quantidade de empresas de tecno-



Foto: DIVULGAÇÃO

Saul Singer, co-autor do livro Start-up Nation

“ ISRAEL MOSTRA QUE MESMO UM PEQUENO PAÍS E SEM MUITOS RECURSOS PODE SE TORNAR UM LÍDER EM INOVAÇÃO ”

logia em comparação a sua pequena população. Com 4 mil empresas de tecnologia e cerca de 8 milhões de habitantes, o país tem a maior quantidade de companhias listadas na Nasdaq *per capita*. “As startups começaram a surgir na década de 90 no país, porém quase não havia fundos de investimentos para incentivá-las. O governo criou um programa chamado Yozma, que ajudou a reduzir riscos e a aumentar o retorno financeiro de investidores locais e estrangeiros. Outro ponto foi sair do caminho das empresas de tecnologia não impondo taxas excessivas e regulações”, diz o co-autor do livro *Start-up Nation*, Saul Singer.

Ele investigou os diversos fatores que levaram o país ao atual patamar, mas lembrou que um ponto crucial para o sucesso é justamente uma das maiores deficiências do Brasil: a educação e a cooperação entre o setor privado e os institutos de ensino superior. “As universidades são uma parte importante do ecossistema de startups. Muitas inovações surgiram de estudantes e professores das grandes universidades de Israel”, explica.

Nesse ponto, outro destaque é a Irlanda. Segundo dados da Comissão Europeia de 2012, o país registra uma das maiores concentrações de estudantes no ensino superior do bloco. Aproveitando a qualidade de sua de mão de obra, a nação atrai há anos empresas de tecnologia estrangeiras, como Google e Ebay, interessadas em implementar bases de operações na Europa. Também estimula a criação de startups, tanto locais quanto de empreendedores estrangeiros. “Qualquer um pode oferecer incentivos fiscais, mas nos destacamos pela facilidade de negócios, ter trabalhadores especializados e diferentes tipos de financiamento para

**O GOVERNO
OBSERVOU O
MODELO DE DIVERSAS
NAÇÕES E ESCOLHEU
IMPLANTAR A AÇÃO
POR MEIO DE NOVE
ACELERADORAS
SELECIONADAS
QUE DARÃO APOIO
TÉCNICO PARA O
DESENVOLVIMENTO
DE STARTUPS COM
ATÉ TRÊS ANOS DE
EXISTÊNCIA. A AJUDA
GOVERNAMENTAL
INCLUI RECURSOS DE
ATÉ R\$ 200 MIL NA
FORMA DE BOLSAS
PARA PESQUISA E
DESENVOLVIMENTO
E DE SUPORTE PARA
A CRIAÇÃO DE UM
ESCRITÓRIO NO VALE
DO SILÍCIO (EUA)
PARA FOMENTAR
NEGÓCIOS.**

estrangeiros”, afirma o diretor da Enterprise Ireland no Brasil, Emanuel Carvalho.

No fim do ano passado, uma missão oficial da Irlanda veio ao Brasil para divulgar um fundo de 10 milhões de euros e apoio técnico para atrair startups. “O Brasil tem grande desafio, pois não tem um ecossistema alinhado para startups. Na Irlanda, em uma cidade como Dublin, isso já é fato. Quando oferecermos recursos e apoio, vamos avaliar caso a caso, sem nos importar com nacionalidade”, assegura.

Vizinho concorrente

Mesmo sem o apoio governamental, falta de elo entre universidades e mercado, e carece de mão de obra especializada a capital paulista foi eleita como a melhor cidade da América Latina para as empresas iniciantes, de acordo com um levantamento mundial realizado pelo Startup Genome Project. A cidade apareceu em 13º no ranking das melhores do mundo, com base em uma análise de 50 mil empresas em todo o globo, considerando, por exemplo, disponibilidade de fontes de financiamento, talentos e mentores. Para quem não acompanha a questão no Brasil, o resultado parece um contrassenso, mas foi obtido exclusivamente pelo tamanho e dinamismo da economia paulistana.

A segunda melhor cidade classificada no ranking foi a capital chilena, Santiago, na 20ª posição. No caso do país vizinho, o resultado não é por acaso: um dos programas de referência para o governo brasileiro é Start-Up Chile, criado em 2010. No período, participaram da iniciativa 583 empresas de todo o mundo, sendo 4% delas brasileiras. “Sabemos que os empreendedores são uma peça chave para o Chile converter-se

“ O BRASIL TEM GRANDE DESAFIO, POIS NÃO TEM UM ECOSISTEMA ALINHADO PARA STARTUPS. NA IRLANDA, EM UMA CIDADE COMO DUBLIN, ISSO JÁ É FATO. QUANDO OFERECERMOS RECURSOS E APOIO, VAMOS AVALIAR CASO A CASO, SEM NOS IMPORTAR COM NACIONALIDADE ”

em um país desenvolvido. Por isso, o governo destina recursos para posicionar-se como um polo de inovação líder na América Latina”, afirma o diretor-executivo do Start-Up Chile, Horacio Melo.

No programa chileno, os empreendedores passam seis meses no país, com ajuda de custo de US\$ 40 mil, para desenvolver seus projetos. Como ocorre na iniciativa brasileira, não há restrições para participação estrangeira, sendo cada projeto avaliado por mérito, possibilitando que pessoas de mais de 50 países já tenham participado da ação. Os resultados mostram a atração de US\$ 20 milhões em in-



Emanuel Carvalho, diretor da Enterprise Ireland no Brasil

vestimentos pelas empresas. Além disso, 60% das startups apoiadas seguem ativas. Para Melo, no entanto, os ganhos para o país não vêm pelo lado monetário. “Os empreendedores do Start-Up Chile envolveram mais de 80 mil pessoas em cerca de 1,500 workshops e centenas de eventos em todo o país. Por isso, cada vez mais chilenos buscam empreender globalmente e todos os meios de comunicação chilenos incorporaram seções sobre empreendedorismo tecnológico”, conta.

A geografia da inovação mundial muda rapidamente e, nas próximas décadas, surgirão

startups em todas as regiões do globo. As que obtiverem sucesso vão beneficiar-se e enriquecer suas economias porque setores ligados à inovação lideram processos de crescimento e ajudam a estabelecer um país com um centro internacional de negócios. “Israel mostra que mesmo um pequeno país e sem muitos recursos pode se tornar um líder em inovação. Uma nação tão grande como o Brasil tem a oportunidade de liderar esse setor, tanto regional quanto globalmente”, diz Singer. O desafio agora é melhorar o programa e facilitar a vida dos empreendedores brasileiros. ■



apresenta

Divó

com

SUZY RÊGO

JOSÉ RUBENS CHACHÁ



FECOMERCÍOS

Teatro
RAUL CORTEZ

TEATRO RAUL CORTEZ | Rua Dr. Plínio
SEXTA 21h30, SÁBADO 21h e DOM

PATROCÍNIO

vivo



APOIO CULTURAL

TRW

TherASkin
Harmonia na pele

rcio!

texto **FRANZ KEPPLER**
direção **OTÁVIO MARTINS**
produção **ED JÚLIO**

NATHÁLIA RODRIGUES



PEDRO HENRIQUE MOUTINHO



14 Não recomendado para menores de 14 anos

Barreto, 285 | Bilheteria (11) 3254-1631

INGO 19h | www.divorcio.art.br



APOIO INSTITUCIONAL



PROMOÇÃO



REALIZAÇÃO



UNIMOS GRANDES ENTIDADES
POR UMA BOA CAUSA:

A SUA.

A Fecomercio Arbitral reúne a credibilidade, a seriedade e a tradição de algumas das entidades empresariais, jurídicas e representativas mais importantes do País: a **FecomercioSP**, o **Sebrae-SP**, a **Câmara de Arbitragem Internacional de Paris**, a **OAB-SP** e o **Sescon- SP**. Além disso, conta com um corpo de árbitros altamente qualificado e um ambiente privado exclusivo e dedicado. Ou seja, tudo o que você precisa para resolver sua causa jurídica de maneira rápida, segura e imparcial.

*Para mais informações, ligue 11 3254-1759,
ou envie um e-mail para produtos@fecomercio.com.br*